



Anais da Assembléia

Nº 089

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Geraldo Cartário, José Alves, Mário Bezerra, Nilton César e Nilton Barbosa (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 52/91

Curitiba, 17 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições contidas nos artigos 53, inciso VIII e 66 inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o anteprojeto de lei que visa conceder, a partir de 1º de agosto de

1991, abono provisório mensal no valor da diferença entre o vencimento inicial da classe A, nível de vencimento 1 e o vencimento inicial da classe C, nível de vencimento 3, do Quadro Próprio do Magistério, ativo e inativo, aos integrantes deste respectivo Quadro.

O anteprojeto de lei que ora encaminho visa a valorização da classe dos professores, cujo desempenho é de suma importância para o cumprimento das metas prioritárias deste Governo.

Cabe informar que a medida beneficiará cerca de 81.000 professores da rede estadual e o custo mensal estimado com o pagamento do abono proposto totaliza Cr\$ 1,2 bilhão, o que representa 19,6% sobre o custo atual da folha de pagamento do atual Quadro Próprio do Magistério.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual ativo e inativo fica concedido, a partir de 1º de agosto de 1991, um abono provisório mensal no valor da diferença entre o vencimento inicial da classe A, nível de vencimento 1 e o vencimento inicial da classe C, nível de vencimento 3, do citado Quadro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1991, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 53/91

Curitiba, 22 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições contidas nos artigos 53, inciso VIII e 66, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, tenho a honra de submeter a essa augusta Casa, o anteprojeto de lei que visa conceder, a partir de 1º de agosto de 1991, abono provisório mensal no valor da diferença entre o vencimento inicial da classe A, nível de vencimento 1 e o vencimento inicial da classe C, nível de vencimento 3, do Quadro Próprio do Magistério, ativo e inativo, aos professores de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino.

O anteprojeto de lei que ora encami-

nho, visa a valorização da classe dos professores, cujo desempenho é de suma importância para o cumprimento das metas prioritárias deste Governo.

Cabe informar que a medida beneficiará cerca de 81.000 professores da rede estadual e o custo mensal estimado com o pagamento do abono proposto totaliza Cr\$ 1,2 bilhão, o que representa 19,6% sobre o custo atual da folha de pagamento do atual Quadro do Magistério.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, regidos pela Lei Complementar nº 7, de 22/12/76, do Quadro Único do Magistério, regidos pelas Leis 7.208, de 15/10/79, Lei 8.000, de 06/12/84 e Professores de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino Remanescentes da Lei 6.174, de 16/11/70, e aos Professores de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino regidos pela CLT, fica concedido, a partir de 1º de agosto de 1991, um abono provisório mensal no valor da diferença entre o vencimento inicial da classe A, nível de vencimento 1 e o vencimento inicial da classe C, nível de vencimento 3, do Quadro Próprio do Magistério, proporcionalmente à carga horária de 20 horas/aula.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1991, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 054/91

Curitiba, 1º de agosto de 1991.

Tenho a honra de comunicar à essa egrégia Assembléia Legislativa que, dando cumprimento ao disposto no Art. 30 da Lei Estadual nº 9.407 de 19 de outubro de 1990 e no Art. 5º da Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990 e seus parágrafos 1º e 2º, o Poder Executivo procedeu a segunda correção dos recursos dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, através do Decreto nº 616 de 26 de julho de 1991.

O percentual utilizado para correção foi 20% acumulado nos meses de abril a junho do corrente exercício. A projeção da arrecadação das receitas estaduais permitiu uma correção com tal indicador.

Assim sendo, a Receita estimada atingiu com esta correção os montantes desta-

cados a seguir:

Em Cr\$ 1,00

1) Receita de Recolhimento Centralizado	568.304.660.000
2) Receitas próprias de Recolhimento Descentralizado das Fundações, Autarquias e Órgãos de Regime Especial (exclusive transferências do Tesouro Estadual).	194.053.830.000
3) Receitas próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (exclusive transferências do Tesouro Estadual).	613.329.238.000
4) TOTAL DAS RECEITAS	1.375.687.728.000

Com a segunda correção, em 20%, e considerando os créditos suplementares aprovados por lei, os Orçamentos aprovados pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, atingiram os seguintes montantes:

Em Cr\$ 1,00

1) Orçamento Fiscal	568.304.660.000
2) Orçamento próprio da Administração Indireta (Compreendendo as Receitas Próprias e as Transferências do Estado)	353.978.476.000
3) Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista (Integrando a Programação Global destas empresas que atingiu o valor de Cr\$ 666.947.908.000,00).	203.881.770.000

O Orçamento Fiscal com a segunda correção, incorporando os créditos suplementares aprovados por lei, fixa para os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e para o Ministério Público os montantes apresentados a seguir:

Com a segunda correção automática foi possível trazer os orçamentos a preços mais realistas permitindo a execução da programação da Lei Orçamentária Anual.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	13.121.373.000	737.924.000	13.859.297.000
PODER JUDICIÁRIO	23.662.173.000	3.829.709.000	27.491.882.000
PODER EXECUTIVO	354.881.342.000	160.893.406.000	515.774.748.000
MINISTÉRIO PÚBLICO	11.107.677.000	71.056.000	11.178.733.000
TOTAL	402.772.565.000	165.532.095.000	568.304.660.000

DECRETO N° 616

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual e da autorização contida no artigo 30 da Lei Estadual n° 9.407, de 19 de outubro de 1990 e no artigo 5° da Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990 e seus parágrafos 1° e 2°,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica procedida a correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, no índice de 20% sobre o valor do Orçamento Inicial corrigido em 60% pelo Decreto n° 361/91 de 09 de maio de 1991.

§ 1° - A correção obedecerá as regras técnicas normais de arredondamento, ou seja, os valores iguais e superiores a Cr\$ 500,00, serão arredondados para mais e os valores inferiores a Cr\$ 500,00, serão desprezados.

§ 2° - Para os órgãos envolvidos nas mudanças institucionais, os valores relativos a correção dos 20% sobre os recursos orçamentários que permaneceram no órgão de origem, referentes às unidades remanejadas, serão alocados no órgão de atual vinculação.

Art. 2° - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, após a publicação deste decreto, divulgará os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando por projeto e atividade e por elemento de despesa os valores corrigidos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta.

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de julho de 1991, 170° da Independência e 103° da República.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(a) CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° DTL/SAT/192/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restitui a esta Casa, o Projeto de Lei n° 177/91. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/SAT/208/91, do Senhor Governador do Estado, o qual restitui a esta Casa, o Projeto de Lei n° 139/91. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/SAT/211/91, do Senhor Governador do Estado, solicitando a restituição da Mensagem n° 52/91, de 17 de julho, tendo em vista que o assunto por ela tratado, consta, de forma mais abrangente, da Mensagem n° 53. Ao Conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/212 e 213/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n°s 34/91 e 070/91, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/ 189, 190, 191, 193 à 207, 209 e 210/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

202/91: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de utilidade pública a associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Pedro do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.646. Anote-se - Arquive-se.

257/91: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova simbologia aos cargos de provimento e comissão que especifica, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEN-PR, e cria cargos de provimento em comissão com lotação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.645. Anote-se - Arquive-se.

136/91: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração orçamentária relativa ao exercício de 1992, o qual convertido em Lei tomou o

n° 9.647. Anote-se - Arquivo-se.

249/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 473.057.000,00, ao Orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.648. Anote-se - Arquivo-se.

269/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 38.000.000,00, ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais da Fundação Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.649. Anote-se - Arquivo-se.

270/91: Do Poder Executivo, que cria, na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os cargos em comissão que específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.650. Anote-se - Arquivo-se.

272/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 300.000.000,00, à Secretaria de Estado da Cultura - Teatro Guaíra, para o desenvolvimento de produções artísticas, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.651. Anote-se - Arquivo-se.

274/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de Cr\$ 7.831.781.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.652. Anote-se - Arquivo-se.

275/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 100.000.000,00, para atender à programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.653. Anote-se - Arquivo-se.

276/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.807.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.654. Anote-se - Arquivo-se.

278/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 101.042.000,00, aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR e do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.656. Anote-se - Arquivo-se.

284/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme específica, para pagamento de professores municipais à disposição da rede Estadual de Ensino, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.657. Anote-se - Arquivo-se.

271/91: Do PODER EXECUTIVO, que cria no Quadro Próprio do Magistério, os cargos que específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.658. Anote-se - Arquivo-se.

285/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 à Chefia do Poder Executivo, na forma que específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.659. Anote-se - Arquivo-se.

286/91: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta salários e concede abono aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.660. Anote-se - Arquivo-se.

146/91: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel que específica, situado no Município de Antonina, o qual convertido em lei tomou o n° 9.661. Anote-se - Arquivo-se.

277/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.751.262.000,00 aos orçamentos próprios do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.655. Anote-se - Arquivo-se.

287/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o PODER EXECUTIVO a receber crédito de qualquer origem ou natureza em cruzados novos, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.662. Anote-se - Arquivo-se.

215/91: Do PODER EXECUTIVO, que transforma em Autarquias as Fundações Estaduais que menciona e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.663. Anote-se - Arquivo-se.

190/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a instituir, na forma que específica, o regime fiscal das microempresas, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n° 058. Anote-se - Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência aos Projetos de Lei a seguir enumerados:

n° 246/91 - estabelece as diretrizes da política agrícola estadual e dá outras providências;

n° 289/91 - concedo, a partir de 01/08, abono provisório aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER URGÊNCIA de VOTAÇÃO para o Projeto de Lei Complementar n° 197/91, de minha autoria, que regulamenta o Artigo 132 da Constituição Estadual e que contemplam recursos para os "Municípios Ecológicos".

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN.

JUSTIFICATIVA:

A pressão dos problemas sociais junto aos "Municípios Ecológicos" é de maior monta, pois todos tem restrições na implantação de indústrias nos seus territórios devido à necessidade de preservação de seus mananciais e de suas unidades de conservação ambiental.

O povo migra a outros centros, perdendo o município sua força de trabalho e de consumidores, fazendo com que sua sede não tenha a dinâmica natural das cidades auto-suficientes.

Muitos desses municípios têm restrições maiores e outros menores e portanto esta pressão social se apresenta variável em cada um deles.

A necessidade da urgência da votação da lei prende-se a que eles recebam a parte do ICMS que têm direito e possam urgentemente fazer frente a essas pressões sociais existentes. Sabemos que os recursos não serão suficientes para tudo e para todos. Porém, esta regulamentação dará o que cada qual já tem direito pelo que prescreve o Artigo 132 da Constituição e a Lei n° 9491 de 21.12.90.

REQUERIMENTO N° 1773

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do disposto no Artigo 135, parágrafo 2°, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEREM a tomada das providências ne-

cessárias à instauração de Processo por Crime de Responsabilidade contra o senhor LUIZ FÁBIO CAMPANA, Secretário de Estado da Comunicação Social, que conforme Decreto Estadual n° 07/91, de 15.03.91, responde por aquela Secretaria, pelo não cumprimento dos dispositivos constitucionais previstos nos artigos 55, parágrafo único e artigo 90, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, no que tange a resposta ao pedido de informações, objeto de requerimento aprovado pelo Plenário deste Poder e encaminhado àquela Secretaria de Estado por intermédio do Ofício 3184/91 DA/CEA-SC, datado de 13.05.91, da 1ª Secretaria desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(aa) ERNANI PUDELL;

DR.ROSINHA e

OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 1734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, REQUERER autorização e justificação de ausência nos trabalhos desta Casa no dia 6 de agosto do corrente ano.

Tal pleito justifica-se, Senhor Presidente, em razão da necessidade de emergencial deslocamento para fora desta Capital a fim de atender problema de saúde com pessoa da família.

Certo do entendimento de Vossa Excelência e acatamento ao pedido, despedimo-nos renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) PAULO MAIA.

REQUERIMENTO N° 1688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Jornalista NUEVO JOSÉ BABY ocorrido dia 02.07.91, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Vitimado por grave enfermidade faleceu, nesta Capital, dia 02.07.91, o jornalista NUEVO JOSÉ BABY que deixou viúva Dona Maria Lúcia e 6 filhos.

Nuevo Baby era filho do ex-Deputado Federal Antonio Baby.

Paranaense da cidade de União da Vitória, Nuevo José Baby passou a maior parte de sua vida em Curitiba, onde foi dirigen-

te do antigo SAMDU e, na carreira jornalística iniciou no Jornal Última Hora, também foi repórter político do antigo jornal "Diário do Paraná", lançou e dirigiu o Diário de Brasília, foi Coordenador de Imprensa e Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social nos governos José Richa e Álvaro Dias. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo NUEVO JOSÉ BABY.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família BABY, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Spautz, ocorrido dia 21.07.91, em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 43 anos faleceu em lamentável acidente de trânsito, o Sr. Sebastião Spautz, dia 21.07.91, na cidade de União da Vitória.

O extinto deixa viúva Dona Salete, 3 filhos e um neto.

O passamento do Senhor Sebastião Spautz veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Sebastião.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Spautz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ercílio Slaviero, ocorrido ontem nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de ontem, nesta Capital, Senhor Ercílio Slaviero com a idade de 74 anos.

O extinto deixa viúva a Senhora Neuza e 4 filhos.

Ercílio Slaviero era fundador e diretor do Grupo Slaviero onde por todos esses anos trabalhou e deu o melhor de seus esforços em prol do fortalecimento de suas empresas.

O passamento de Ercílio Slaviero veio abrir enorme lacuna no seio da família, pois deixou saudades, deixou somente amigos, entre os quais este Deputado que teve a ventura de conviver com sua amizade e estima por muitos anos.

O Senhor nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a quem necessita. Senhor, abençoi a família Slaviero para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará o seu servo Ercílio Slaviero sob a sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Ercílio Slaviero, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Ercílio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Slaviero, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1713

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos Anais desta sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Nuevo José Baby, ocorrido no último dia 02 de agosto, solicitando ainda que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 63 anos, Nuevo José Baby era uma legenda no jornalismo brasileiro e paranaense, por ter sido o mestre de profissionais que hoje militam com destaque nos jornais, televisões, emissoras de rádio e imprensa institucional de nossa terra.

Nascido em União da Vitória, filho do ex-Deputado Federal Antônio Baby, Nuevo exerceu o jornalismo em importantes órgãos em Curitiba e Brasília, onde também chegou a dirigir um departamento da Câmara Federal.

Na capital federal ele dirigiu o "Jornal de Brasília", criando uma escola de jornalismo político que marcou época. No Paraná foi da "Última Hora", depois esteve no "Diário do Paraná", atuou como editor político da TV Paraná - Canal 6 e por último chefiava a sucursal do Correio Brasileiro.

No Governo, Nuevo Baby foi coordenador de Imprensa e Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social, durante os governos José Richa e Álvaro Dias antes de se dedicar inteiramente às funções de profissional da Comunicação.

Sua perda, ocasionada por uma longa doença, enlutou os admiradores e amigos que tinham em Nuevo Baby uma figura de mais alto padrão.

O respeitado profissional de imprensa era casado com D. Maria Lúcia que deixa viúva; além dos filhos Alfredo, José Antônio, Rubem, Nuevo, Henrique, Luiz Roberto e vários netos.

REQUERIMENTO N° 1732

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente

subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais da Casa, do voto de pesar pelo falecimento do empresário Elisio Vetorello, na cidade de Francisco Beltrão; e que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O empresário Elisio Vetorello, foi um dos grandes pioneiros do Sudoeste do Paraná, tendo chegado a Francisco Beltrão em princípios da década de 1950. Foram diversas as suas atividades empresariais, desde a criação de gado até a extração e beneficiamento de madeira e o seu transporte para os centros de consumo. Convidado a ingressar no Rotary Clube de Francisco Beltrão, foi dos membros mais ativos. Dedicado a esporte, foi colaborador constante do Clube Esportivo União, chegando à presidência da agremiação numa de suas melhores fases no âmbito estadual. Presidiu, igualmente, a tradicional e respeitadíssima São Cristovão, representativa dos motoristas de Francisco Beltrão e região de influência, além de organizador de feiras de gado bovino e um dos coordenadores da EXPOBEL. Suas atividades sociais, econômicas, empresariais e esportivas - fizeram de Elisio Vetorello um dos cidadãos mais queridos de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense, razão do grande sentimento manifestado pela comunidade ao ser noticiado o seu falecimento. Deixa viúva a Sra. Zeli Barbieri Vetorello, de cujo feliz matrimônio recebeu os filhos Wellington Cesar, Larissa e Venícius.

REQUERIMENTO N° 1692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Rio Azul pela passagem do 73° aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Mário Pietroski, ao Vice-Prefeito, Senhor Nicolau Chauszcz, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população de Rio Azul, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A data de 14 de julho de 1991, marcará o 73° aniversário de emancipação política do município de Rio Azul que será comemorado festivamente por toda a laboriosa população do município.

Todo o esforço de seus administradores de todos os tempos, já está apresentando surpreendentes resultados como se poderá verificar ainda mais depois da conquista da tão sonhada obra de asfaltamento da Rodovia Deputado Antonio Baby, PR-153.

O atual Prefeito de Rio Azul, Senhor Mário Pietroski, vem desempenhando com elevado espírito de patriotismo, com honestidade, contando sempre com a colaboração de toda a comunidade, os encargos que foram confiados pelo povo rioazulense.

O povo de Rio Azul orgulhosamente comemora a passagem do 73º aniversário de sua emancipação política e sempre na esperança de um futuro promissor.

Portanto, no dia 14 de julho de 1991, significativa data para toda a população, a cidade de Rio Azul estará acolhendo os visitantes na certeza de que com a mesma garra e a mesma pujança continuará sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Mariópolis pela passagem do 31º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Neuri Roque Rossetti Gehlen, ao Vice-Prefeito Sr. Nadir Pereira, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 25 de julho marcará a passagem do 31º aniversário do município de Mariópolis e será festivamente comemorado.

Tendo à frente o Prefeito Neuri Roque Rossetti Gehlen que com muita garra vem desenvolvendo uma administração honesta e segura, assim com seus antecessores, para o bem-estar de sua população trabalhadora, temos plena certeza que a cidade de Mariópolis continuará crescendo tanto no setor industrial, comercial e agrícola.

É com muito orgulho que a população de Mariópolis irá comemorar seus 31 anos de fundação.

Nesta feliz data elevamos nosso pensamento ao Todo Poderoso para que abençoe aquele povo que dia a dia vem dando o melhor de seus esforços para o engrandecimento ainda maior da acolhedora Mariópolis.

lis.

REQUERIMENTO N° 1694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, pela passagem do seu jubileu episcopal.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, comemora o seu jubileu de prata de ordenação episcopal.

Mas não é apenas nessa fração temporal que se deve medir o valor e a importância do cidadão e sacerdote. É um aspecto importante, sem dúvida, porém nada seria sem o seu extraordinário trabalho em prol da sociedade, da comunidade em geral?

Ao longo do seu trabalho ministerial vem desenvolvendo as mais diversas missões. Ele é e continuará sempre sendo uma fonte de inspiração para todos nós, pelos grandes exemplos, pelos ensinamentos, pelo trabalho comunitário e pelo desempenho pastoral.

É precisamente neste instante que Sua Excelência Reverendíssima completa o seu jubileu episcopal, recebido nos braços de um povo generoso e sincero, de uma população em que se fundem elementos representativos de todas as gerações sobre um solo rico e fecundo território privilegiado, verdadeira reminiscência física, em que a natureza pródiga em maravilhas tem a doçura de um sorriso de perene alegria.

Em Curitiba, e em toda a arquidiocese, todos os corações se unem no mais estreito amplexo de fraternidade pelas suas ações pastorais durante os 25 anos de episcopado.

No fervor cristão das famílias unidas, nos ideais da juventude e na esperança das crianças que no Brasil nascem livremente, com propósitos adequados para transformar esta Terra de Santa Cruz numa grande hóstia no altar do Universo, oferecida ao Pai pelas mãos da Mãe, a Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil, queremos deixar, nesta oportunidade, com nosso grande respeito e admiração a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, em nome do povo que representamos na Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção na Ata dos trabalhos da sessão de ho-je, de voto de congratulações e aplausos à REDE GLOBO DE TELEVISÃO, pela programação "25 Horas no Ar", para agiar fundos para a UNICEF por ocasião da passagem dos 25 anos do programa "OS TRAPALHOES".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor ROBERTO MARINHO, Presidente da Rede Globo de Tele-visão, bem como ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor da T.V. Paranaense que recebam e transmitam a todos os cola-boradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Programação "25 HORAS NO AR", da REDE GLOBO DE TELEVISÃO, por ocasião da passagem dos 25 anos do Programa "OS TRA-PALHOES", levado a toda a população brasi-leira para angariar fundos para a UNICEF, trouxe um forte apelo não apenas com men-sagens que nos fizeram refletir sobre a problemática da criança, mas principalmen-te com informações que chocam, porém pre-cisam ser ouvidas e assimiladas.

Considerando que a questão da criança é tanto governamental quanto social. A programação serviu para chamar a sociedade brasileira para uma verdadeira cruzada em favor das crianças. A mensagem maior que nos foi passada dizia que a cada um cabe fazer a sua parte, para que seja ao menos reduzida a violência de toda a espécie que sofre a população infantil, em especial o abandono, o descaso, a indiferença.

É nobre a iniciativa e nobre também os objetivos e propósitos para angariar fun-dos para a UNICEF, mas não devemos todos nós ver apenas como mais uma contribuição. Devemos sentir a campanha como um chama-mento e responder prontamente. Não somente com a ajuda material, porém acima de tudo com um permanente trabalho e dedicação pa-ra que a triste solução que nós é apresen-tada possa ser revertida. Devemos não ape-nas elogiar a campanha, mas a ela aderir-mos e contribuirmos - cada um - com a sua parte.

A programação da REDE GLOBO "25 Horas no Ar", dignificou todo o prestígio adquirido ao longo dos anos. Volta o homem a compreender que só existe uma solução para as suas angústias: o amor, a carida-de, que não conhece fronteiras nem tem li-mites, porque nasce no próprio coração de Deus, que é o amor em essência.

Ela segue realmente o que Cristo, seu Mestre, lhe ensinou: "O que fizeres ao me-nor de todos, é a mim que o terás feito".

Isso é preciso ser compreendido por

todos nós enquanto é tempo de nos conven-cermos de que continuamos humanos.

Onde uma lágrima for aliviada, onde uma dor for compreendida, aí o humano terá algo de divino. E isso é o que consegui-ram, que construíram, que edificaram cria-turas como "OS TRAPALHOES".

REQUERIMENTO N° 1697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-signado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, pela medida acertada em determi-nar a recuperação do material escolar abandonado, deflagrando inclusive campanha contra o desperdício, conscientizando toda a comunidade escolar no sentido do bom uso e conservação do material.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, ao Ex-celentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor ELIAS ABRAHÃO e ao Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Doutor MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A educação, como fator de conscienci-zação da comunidade, é o melhor caminho. É por este ângulo que vemos a atuação, acer-tada, do governo estadual, através da Secretaria de Estado da Educação, no que diz respeito ao desperdício escolar. A re-cente campanha deflagrada contra o desper-dício escolar veio em boa hora, porque pretende não apenas recuperar tudo o que foi danificado e, literalmente, abandonado, mas também promover a conscientização de toda a comunidade escolar no sentido do bom uso e conservação do material, indis-pensáveis para a estrutura do ensino.

É inadmissível que material e equipa-mentos comprados com o dinheiro do povo tenham sido, ao longo dos anos, tão mal-tratados, a ponto de representarem valores em torno de 3 bilhões de cruzeiros em prejuízo. Pior é que esse descaso com a coisa pública aconteceu exatamente em es-tabelecimentos de formação dos cidadãos. É por aí que deve começar a conscientização. Outra medida acertada, por parte do Gover-nador Roberto Requião, foi determinar que a recuperação desse material (carteiras, mesas e equipamentos) seja feita pelos in-ternos da Prisão Provisória de Curitiba, representando menos gastos para os cofres públicos do que se houvesse a contratação de empresas especializadas.

Esperamos que esta campanha continue,

em todo o Estado. E que sirva de exemplo, fazendo nascer uma nova mentalidade nos dirigentes da rede escolar e nos próprios alunos. É inevitável o desgaste do material, é normal que mesas, cadeiras e máquinas quebrem ou se deteriore, mas a recuperação deve ser pronta, porque não é jogando os utensílios em um depósito que o problema será resolvido.

Portanto, merece aplausos e, principalmente, apoio e cooperação esta campanha encetada pelo governo, através da Secretaria da Educação e da FUNDEPAR.

REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual pelo PDT, presidente da Comissão dos 300 anos de Curitiba, pede à egrégia Assembleia a inserção nos Anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço ao Senhor Ayrton Celestino e a dona Ida Schelbauer, pela realização, em Rio Negro e Mafra, da I Semana Bucovina, em memória dos pioneiros da Imigração, que em 1887 e 1888, com 77 famílias, vieram da Romênia para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A memória do Paraná não pode prescindir das lembranças coletivas de todas as correntes imigratórias que aqui se radicaram. Ao se esforçar para reviver suas raízes bucovinas, os organizadores da Semana, no Rio Negro, reavivaram a consciência coletiva da evidente importância da memória.

Católicos romanos, falando dialeto alemão bávaro, especializados no uso da madeira e no culto à música romântica, os bucovinos trouxeram para o Paraná novas técnicas de agricultura, pecuária e apicultura. Construíram igrejas, fundaram escolas. Multiplicaram seu núcleo inicial de 377 pessoas. E hoje são paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ pela passagem do 137° aniversário da corporação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Coronel MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que se dê conhecimento a todos os componentes daquela corporação.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os valores humanos vão aos poucos se esfacelando, ocasionando problemas de ordem social dos mais complexos, especialmente com o aumento populacional.

A valorosa Polícia Militar do Estado do Paraná há 137 anos, vem desempenhando papel relevante junto às comunidades, sempre no trabalho de prevenção e repressão à criminalidade, prestando serviços nas mais diversas áreas e, principalmente, cumprindo a nobre tarefa de velar pela segurança da população paranaense.

Em todas as ocasiões, desde a época de sua criação até os nossos dias, jamais a Polícia Militar deixou de estar presente nos momentos mais importantes e decisivos da vida nacional.

No dia em que a Polícia Militar comemora seus 137 anos de criação, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, congratula-se com todo o seu efetivo, por intermédio de seu Comandante Geral Coronel MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da segurança e bem-estar da população de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja registrado votos de congratulações, pela sábia indicação do Dr. Joaquim Vanhoni Neto, para dirigir a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Se algum talento há, e é certo que existe, em jovens administradores públicos paranaenses sem dúvida um deles é o Dr. Joaquim Vanhoni Neto.

Não bastasse a sua honrada origem, o Dr. Joaquim Vanhoni Neto mercê da sua dedicação ao trabalho e do estudo permanente dos problemas habitacionais, já havia granjeado respeito pela projeção que deu a Carteira de Habitação e Hipoteca do órgão financeiro federal.

Por tudo isso justo é que se consigne a satisfação dos paranaenses por esse fato.

REQUERIMENTO N° 1709

Senhor Presidente.

O Deputado João Batista Arruda, que ao final assina o presente, usando atribuições regimentais, REQUER, seja consignado em Ata votos de congratulações pela passagem dos 100 anos do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

A data é um marco na história do Paraná.

Mesmo com a emancipação administrativa

e legislativa ocorrida em 1.853, só com Generoso Marques, autorizado pela Assembléia Legislativa através da Lei nº 03 de 1.891, o Paraná alcançou a autonomia do Judiciário, até então tutelada por São Paulo.

Nestes cem anos o Tribunal de Justiça passou por transformações, porém permaneceram imutáveis os princípios de moralidade, decência, honradez e dignidade. Nosso Tribunal abrigou e abriga Magistrados da mais alta estirpe, que dignificaram e dignificam a Justiça como alicerce das mais nobres funções do homem.

A Assembléia Legislativa deve prestar sua homenagem ao Poder irmão pelo significado deste centenário.

Outrossim, requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao ilustre Presidente do Tribunal de Justiça, eminente Desembargador Luiz Renato Pedroso.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações pelo transcurso do centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ocorrido no dia 1º de agosto passado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao desembargador Luiz Renato Pedroso, presidente daquele Tribunal.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O homem rouba, mata, prevarica, sequestra.

Isto faz parte da sociedade e da natureza humana, desde os mais remotos tempos.

A sociedade, no interesse da defesa de seu patrimônio, na defesa do interesse público enquanto bem de interesse comum, na defesa do seu direito de ir e vir, instrumentalizou-se, organizou-se e criou o mecanismo da Justiça, representado pelo poder judiciário para, vigilante, resguardar, proteger e lhe garantir o direito tanto ao patrimônio como à vida e principalmente à liberdade.

Transcorreu, no último dia 1º a passagem do primeiro centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, motivo de júbilo e de satisfação para todo o povo paranaense. Tal fato, entretanto, não deve ser apenas motivo de júbilo mas, também e, principalmente, de reflexão, de repensamento do modelo judiciário, sobre se vem realmente cumprindo sua finalidade.

O desenvolvimento e o crescimento do Estado do Paraná estão a exigir mais do Poder Judiciário, no que concerne à agilização da justiça em nosso Estado, para que, conforme afirmou o ministro José Nery da Silveira, representante do Supremo Tribunal Federal: "O povo possa confiar no poder judiciário", pois nele, efetivamente, repousam as expectativas do indivíduo, no que diz respeito ao último reduto para a defesa dos interesses, direitos e garantias individuais e coletivas.

É oportuno parabenizar o desembargador Luis Renato Pedroso pelas metas apresentadas para o Tribunal de Justiça do Paraná, como: a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional; a busca da autonomia total do judiciário, consagrada constitucionalmente; a adequação da justiça aos padrões modernos do desenvolvimento tecnológico, ligados à informática, através da ligação de todas as comarcas com os bancos de dados do Tribunal de Justiça e do Tribunal Federal, a aproximação, na medida do possível, da verdadeira finalidade social da justiça, através da estatização dos cartórios que funcionam junto à magistratura, criação de novas comarcas, desdobramento das atuais existentes e, ainda, a criação do juizado especial para conciliação, julgamento e até execução de causas cíveis de menor complexidade e criminais de menor potencial ofensivo.

Vive-se tempos modernos e, indubitavelmente, o poder judiciário precisa melhor se instrumentalizar e se organizar, para que a justiça possa, na medida do possível, se aproximar de sua real finalidade que é a prestação de atendimento jurisdicional ágil e gratuito.

Porém, na impossibilidade de tal fato ocorrer dentro de breves dias, em face das dificuldades já conhecidas, é preciso, no mínimo, que a justiça tarde mas não falhe.

Parabéns, poder judiciário do Estado do Paraná, pelos inegáveis e relevantes serviços prestados ao povo e ao Estado ao longo de seus 100 anos de vida.

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente.

O Deputado João Batista Arruda, ao final assinado, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado em Ata votos de congratulações pela implantação do Programa de Telefonia Celular Rural Fixa realizado pela TELEPAR.

O programa é a mais moderna solução para a integração das regiões rurais com o Sistema Nacional de Telecomunicações.

Permite, inclusive, que regiões rurais distantes possam integrar-se com o mundo através de telex, faz comunicação de dados e outros equipamentos modernos, atual-

mente só disponíveis nos centros urbanos.

A tecnologia amplamente testada nos países desenvolvidos, chega ao Brasil, em atitude pioneira da TELEPAR, através de muita pesquisa, num grande esforço de diretores e funcionários da empresa.

A atividade agroindustrial do Estado será beneficiada, pois o produtor poderá diretamente comercializar a produção desde sua residência, terá melhores facilidades para sua família e conseguirá a tecnologia, tanto em comunicação como em qualquer outra área, rapidamente.

O programa atingirá 15.000 ligações anuais, de 1992 a 1995, através de postos de serviços e terminais individuais, cobrindo toda a extensão territorial do Paraná.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão favorável desta Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor Presidente da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1738

Senhor Presidente.

O Parlamentar que firma o presente requerimento, REQUER, após consentimento do Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata de Trabalhos deste Poder, votos de congratulações ao Senhor Bruno Reuter, pela assunção da diretoria-administrativa do Hospital Regional de Cascavel.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A nomeação do administrador de empresas Bruno Reuter pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde foi um ato da mais qualificada sabedoria.

Temos a certeza de que o trabalho do Senhor Bruno Reuter na diretoria-administrativa do Hospital Regional de Cascavel, será timbrado pelo dinamismo e competência que lhe são tão peculiares.

Prescientemente, sabe-se que a sua gestão na administração do órgão hospitalar regional será marcada pela lisura e determinação.

Do aprovado, REQUER, seja dada ciência ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde.

REQUERIMENTO N° 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de regozijo, ao Poder Judiciário, pela passagem dos 100 anos de sua instalação.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Desembargador

Luiz Renato Pedroso, para que receba e transmita aos demais integrantes do Poder Judiciário, as congratulações do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos os paranaenses o transcurso do Centenário de Instalação do Poder Judiciário, porquanto tal acontecimento marcou a consolidação da autonomia do nosso Estado, conquista que veio somar-se às anteriores que resultaram na emancipação política e na instalação do Poder Legislativo.

Com a criação do Poder Judiciário estabeleceu-se o tripé básico de todo o Estado moderno e democrático.

Desnecessário é destacar a importância do Judiciário, porque está presente e evidenciado no dia-a-dia da sociedade.

Todavia, é necessário que exaltemos o trabalho desse Poder, lembrando a nobreza da sua atividade e a sua indispensabilidade, pois é o Poder sob o qual está a responsabilidade de ministrar a justiça, arbitrando as desavenças, julgando as demandas quando se chocam interesses contrários.

É no Judiciário, portanto, que repousa a esperança do cidadão na busca de conjunto de leis, se tem o Executivo a competência de aplicar as leis e promover a administração, cabe ao Judiciário zelar para que as leis sejam aplicadas com justiça e a administração promovida dentro dos princípios éticos indispensáveis.

No momento em que comemoramos com alegria os 100 anos do Tribunal de Justiça, temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido ao longo deste século, numa atuação que tem colocado o judiciário paranaense no melhor conceito perante a sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulhando a todos os nossos concidadãos.

Ao mesmo tempo, cabe-nos reverenciar as ilustres figuras do judiciário que no decorrer dos tempos, pela atuação e pelos exemplos, proporcionaram esta formação de tanto brilho que hoje embasa o Poder Judiciário.

Em memória e homenagem de todos, recordamos os seus cinco primeiros integrantes, os eminentes doutores José Alfredo Correia de Oliveira, Joaquim Inácio Silveira da Motta, Emídio Westphalen, Conrado Caetano Erichsen e Augusto Lobo de Moura.

Aos seus membros de hoje, ilustres desembargadores que orgulham a magistratura paranaense, creditamos o árduo trabalho para acompanhar uma sociedade que cresce em todos os sentidos, desenvolvendo suas atividades com uma estrutura ainda deficiente.

O momento da comemoração do Centenário do Poder Judiciário serve também para refletirmos sobre este aspecto, posto que o Estado que não proporciona as condições essenciais para o trabalho da justiça, está indiretamente laborando contra o próprio cidadão, que tem o sagrado direito de poder contar com a justiça ágil e eficiente na sua aplicação.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a manifestação de regozijo do Poder Legislativo, saudando efusivamente o Poder Judiciário, pelo que fez e pelo que continuará fazendo em prol da sociedade paranaense em geral e dos cidadãos em particular.

REQUERIMENTO N° 1696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de consideração e homenagem ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pelo trabalho quase anônimo desenvolvido pela gloriosa corporação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor José Moacir Favetti, para que receba e transmita, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, e ao Senhor Coronel Carlos Roberto Cidade, Comandante do Corpo de Bombeiros, para que façam chegar ao conhecimento de todos os componentes daquela corporação, esta decisão.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 11 de julho último, às 14:50 horas, no cruzamento da Rua Almirante Barroso com Doutor Carlos Cavalcanti, o funcionário desta Casa, Senhor Irineu Vicente envolveu-se em acidente de trânsito, resultando ferimentos leves no mesmo e de certa gravidade em sua esposa Dona Adair Daros Vicente.

Atendido prontamente pelo Plantão de Acidentes de Trânsito (ocorrência sob n° 5330/91), cuja equipe acionou imediatamente o Corpo de Bombeiros que chegou ao local quase instantaneamente com todo o equipamento necessário, cuja equipe médica era chefiada pelo Doutor Carlos Lunelli Marcondes filho.

O acidente mencionado, que gerou a decisão deste parlamentar em trazer ao Plenário do legislativo, considerações e homenagem ao Corpo de Bombeiros de Curitiba é apenas um caso, entre as centenas e mi-

lhares que se registram todos os dias, todos os meses, todos os anos.

Trata-se de um trabalho quase anônimo, pois a grande maioria da população tem a equivocada idéia de que o trabalho dos bombeiros é prevenir e extinguir incêndios.

A gloriosa corporação faz isso, mas ao mesmo tempo desenvolve outras atividades de apoio e assistência à comunidade. Um desses é socorrer os infelizes que se envolvem em acidentes no trânsito urbano e nas rodovias da região.

A qualquer hora, com qualquer tempo, rapidamente está presente a assistência e o socorro do Corpo de Bombeiros.

Integrado por pessoal qualificado e muito treinado, contando com equipamentos modernos, esses verdadeiros "anjos do asfalto", acrescentam ainda um ingrediente fundamental às suas habilidades profissionais, o humanitarismo, sem dúvida importante para confortar e tranquilizar as vítimas e familiares.

Sempre alerta, com equipes que se revezam 24 horas por dia, a presença do Corpo de Bombeiros em sinistros de toda a natureza é de uma agilidade impressionante, mesmo contando com os obstáculos naturais do próprio trânsito urbano.

Este registro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazemo-lo com o intuito de manifestar respeito e a homenagem desta Casa; vale também para que a população tome consciência do apostolar trabalho da corporação; e, finalmente, objetiva lembrar que, como a maioria das nossas instituições, o Corpo de Bombeiros tem carências e não raro falta-lhes o apoio do Poder Público.

Infelizmente foi em vão a nossa tentativa, à época da Constituinte Estadual, de conceder autonomia plena ao Corpo de Bombeiros, o que resultaria em maior mobilidade para prestar seus serviços junto à comunidade.

Mesmo assim, com dificuldade e sacrifício, a atuação dos valerosos soldados-bombeiros é da maior relevância e merece o reconhecimento da sociedade.

REQUERIMENTO N° 1729

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais deste Poder Legislativo, da passagem do 69° Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado no último dia 06 de julho do corrente ano, bem como o encaminhamento de expedientes a OCEPAR, e a todas as Cooperativas existentes no Estado do Paraná, parabenizando-as pelo transcurso daquela data tão significativa para o movimento cooperativista.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Reverendo os dados históricos do cooperativismo brasileiro, encontram-se citações de que em 1610, com a constituição das primeiras reduções jesuítas no Brasil, na região compreendida pela bacia dos Rios Paraguai, Paraná, Uruguai, ocupando áreas de Guaira no Paraná de Missões, no Rio Grande do Sul e terras no Oeste de Santa Catarina, formaram-se estados cooperativos integrais, onde tudo era de todos e ninguém passava necessidade, formando sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, baseada na catequese divina e no auxílio mútuo. Encontram-se citações também que, entre os séculos XVII e XIX, foi praticada alguma forma de cooperativismo nos Quilombos, que eram formados por escravos fugitivos.

Porém, o início realmente do vivenciamento cooperativista no Brasil, deu-se com as experiências ocorridas entre colonos imigrantes europeus. Em 1842 e 1845, em Santa Catarina e, em 1847 e 1890, no Paraná. Em Santa Catarina, dois franceses liderados pelo médico Benoit Joseph Mure, atraídos pelas idéias do filósofo Charles Fourier, tentaram implantar em 1842, a Vila da Glória, área hoje pertencente ao Município de São Francisco do Sul. E, em 1844, o major belga, Carlos Lebon Van Lede iniciou os trabalhos que redundou na fundação da "Colônia Belga", situada à margem direita do Rio Itajaí numa região hoje conhecida como ilha. Essas duas experiências fracassaram.

No Paraná, um dos primeiros movimentos marcados pela cooperação surgiu no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de imigrante, 248 alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje Município.

A história cita que diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses, que em 1847 fundaram a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje município de Cândido de Abreu. Os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre, desencadearam um movimento cooperativista sob inspiração do médico Benoit Joseph Mure, fundador da Vila da Glória em Santa Catarina.

Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo destaca-se da "Colônia Cecília", em 1890, no município de Palmeira, no Paraná, idealizado pelo Agrônomo Giovani Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas". Seguiram-se vários outros movimentos de cooperação, como por exemplo: fundação

em 1906 da "Associação Beneficente 26 de Outubro", por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; e em 1909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense.

A fundação da Colônia Muricy com a constituição, em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda, em 1945. Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (Luz) em Carazinho, União da Vitória no ano de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin.

É importante registrar a chegada em Carambei, no ano de 1911, de 450 holandeses, que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje e considerada uma cooperativa exemplar.

Esses movimentos entre imigrantes deram significativos impulsos ao Cooperativismo estadual com as experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como Witmarsun, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro; e Capal, de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial vigente no País.

O movimento cooperativista paranaense, cresceu a partir da década de 20, entre madeireiros e ervateiros.

Entre os anos 30 e 40 o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas do Mate Ltda - Agromate, que marcou história até o declínio do setor ervateiro quando então transformou-se em Rural Sul, para tentar sobreviver através da diversificação de atividades.

Um dos momentos marcantes do Cooperativismo ocorreu na década de 60, quando o IBC incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor. No ano de 1964 o Paraná tinha 33 cooperativas de café, algumas das quais desapareceram por causa do declínio do setor. As oito que sobreviveram, diversificaram suas atividades e hoje estão consolidadas.

Mas foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções com o início das discussões para a implantação dos Projetos de Integração, desenvolvidos conjuntamente pela ACARPA, Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC e INCRA, com o apoio do

Banco do Brasil, BRDE, BNCC e CFP. O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa operando, em concorrência, o que as enfraquecia, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - NOCOOP, implantado em 1974, para reorganizar as cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - SULCOOP, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A OCEPAR nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, que veio dar forte apoio à execução dos projetos.

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o Cooperativismo para o espírito empresarial.

A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia do mercado o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agroindustrialização.

Em 1976, apenas 66.282 paranaenses integravam as 282 cooperativas paranaenses. Hoje, o número de cooperativas é de 196, mas o de cooperados chega a 289.030, pelo último levantamento oficial, indicando que cresceu o número de adeptos por entidade.

É o seguinte o quadro de cooperativas no Estado hoje:

Categoria	N° de coop.	N° de assoc.
Confederações	01	...
Centrais Agropecuárias	07	...
Federações	02	...
Central de Crédito Rural	01	...
Agropecuárias	69	200.062
Eletrificação		
Rural	13	11.153
Consumo	13	35.684
Crédito Rural	34	14.886
Habitacionais	09	12.319
Crédito Mútuo	04	5.476
Trabalho / Serviços	34	8.455
Cooperativa Escolar	09	995

T O T A I S 196

289.030

Pelo fato do Estado basear sua economia na agricultura, as cooperativas agropecuárias se sobressaem, por terem tido maior apoio inclusive das autoridades no passado. Alguns setores, como as cooperativas habitacionais, de eletrificação e de crédito não desenvolveram muito por causa da excessiva intervenção governamental nessas áreas.

Por outro lado, sempre coube ao governo o incentivo e controle do Cooperativismo, o que ocorreu mais na área agrícola.

Com a nova Constituinte, o Cooperativismo ficou livre da intervenção estatal e agora está em busca da sua autodeterminação, através do projeto de autogestão, onde o sistema assumirá responsabilidade de orientação na constituição de novas cooperativas e na condução da administração segundo critérios definidos pelos integrantes das cooperativas. Com isso, espera-se um novo impulso ao Cooperativismo em todos os seus segmentos.

As Cooperativas estão presentes em todos os setores da sociedade.

Embora marcando sua presença na área rural pelo fato do Governo ter incentivado seu surgimento no setor produtivo, as Cooperativas estão presentes em todos os setores da atividade humana no Estado. Na sequência um resumo das ações das Cooperativas, por setor de atividade:

CONSUMO

Hoje há 13 Cooperativas de consumo no Estado, com 35.684 associados. Muitas dessas Cooperativas estão intimamente ligadas a empresas, e funcionam quase que como seu departamento. São as Cooperativas de funcionários. Mas mesmo entre estas, há boas exceções, onde as Diretorias estão acabando com o paternalismo, fazendo com que os cooperados participem efetivamente. As grandes redes de supermercados, com novas estratégias de vendas e operação com um número muito grande de itens, são fortes concorrentes das cooperativas de consumo, que nem sempre souberam se modernizar. Na atual fase as cooperativas de consumo estão adotando novas estratégias, e algumas delas estão em crescimento.

CRÉDITO

Em 1980 havia apenas 9 cooperativas de crédito, passando para 34 no ano de 1989, graças principalmente a expansão do cooperativismo de crédito rural. O número de associados chegava, pelo último levantamento oficial, a mais de 15.000, mas hoje está superado. As restrições impostas pelo

Governo impediu no passado, o crescimento desse setor. Com a nova Constituinte essas barreiras caíram, estando livre o setor para nova arrancada, uma vez que nos agentes financeiros não há recursos a juros módicos.

TRABALHO E SERVIÇOS

Aqui se sobressaem as UNIMEDS, UNIODONTOS e outras na área de prestação de serviços a usuários. A evolução nos últimos dez anos analisados pela OCEPAR foi de 12 para 34 cooperativas no Estado, passando os associados de 1.756 para 8.455. Mais de 500.000 pessoas são usuárias dos serviços das cooperativas médicas, em função dos custos serem menores que os demais serviços particulares.

ESCOLAR

Por decisão da área Governamental, o cooperativismo escolar sofreu uma redução, passando de 103 cooperativas no ano de 1977 para apenas 09 cooperativas em 1989, estas apenas as cooperativas escolas. Algumas Cooperativas Agropecuárias iniciaram um importante trabalho de apoio a esse setor nas comunidades onde atuam, uma vez que os escolares e alunos são os próprios filhos de associados de cooperativas agrícolas.

HABITACIONAL

Hoje o Paraná conta com 9 cooperativas habitacionais distribuídas nos maiores centros urbanos. Pelo menos mais uma foi criada recentemente em Londrina. Este segmento difere muito dos demais, uma vez que anteriormente as cooperativas eram constituídas apenas para a construção dos conjuntos residenciais, por força do direcionamento dos financiamentos ao setor, e em seguida eram liquidadas.

Nesse caso os cooperados nem sabiam que eram cooperados e que deveriam ser Co-Gestores da Administração das obras. As cooperativas estavam atreladas e sob controle Governamental, contrariando os princípios cooperativistas que preveem as cooperativas que preveem as cooperativas constituídas conscientemente e administradas pelos cooperados. Hoje o Paraná tem uma cooperativa que procura funcionar de acordo com esse princípio.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Também nessa área, por falta de compreensão do Governo e pela excessiva intervenção, o número de cooperativas foi reduzido de 19 para 14, embora o número de cooperados tenha aumentado de 8.737 para

11.153. As cooperativas também surgiram por força de financiamentos internacionais para expansão da Rede de Energia Elétrica no interior do Estado, uma vez que os custos seriam menores. A cooperativas implantaram 7.334 KM de Redes até 1989, com 102.042 KW instalados.

Um dos mais graves problemas do setor é o subsídio do Governo aos consumidores, que impede o crescimento das cooperativas que se obrigam a atuar em outras áreas para sobreviver. De qualquer forma, foram pioneiras na interiorização das Redes de Energia Elétrica, uma vez que estas foram pagas pelos próprios cooperados. Podem dar grande contribuição nesta área, desde que o Estado adote legislação imparcial. As cooperativas, por exemplo, compram a energia como consumidores finais, o que na realidade não são. No Paraná, alguns pontos importantes de divergências foram sanados há alguns anos, mas a Legislação Federal do setor, e a intransigência de alguns técnicos tem dificultado o aumento da participação das cooperativas na área.

Desta forma Senhor Presidente e demais Parlamentares com assento neste Poder Legislativo, podemos observar e fazer uma análise do desempenho do cooperativismo em nosso Estado. Foi através do cooperativismo que grandes áreas foram desbravadas, grandes cidades foram formadas pelos braços daqueles imigrantes e pioneiros que acreditaram que através da união de forças e de ideais, poderiam vencer as dificuldades que iriam enfrentar. Hoje, passados mais de um século desde que se implantou a idéia do cooperativismo, podemos ver que ele está em todos os setores da sociedade, trazendo benefícios tanto para os homens do campo como para os operários, para os grandes proprietários como para os pequenos proprietários rurais, bastando que para isto se acredite que na união nasce a força, e é a este movimento de homens que acreditam no cooperativismo, que queremos prestar as nossas homenagens, nesta data de 06 de julho, quando se comemora o 69º Dia Internacional do Cooperativismo.

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos, em caráter de urgência, para o calçamento com pedras irregulares, do trecho compreendido entre a Sede do Município de Boa Vista da Aparecida até a Linha Esperança, numa extensão de 16 km.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia pelo meio de transporte para o escoamento de sua produção.

Para defender a necessidade do calçamento, com pedras irregulares, o principal argumento da população de Boa Vista da Aparecida é promover uma maior integração da região com os maiores centros, e principalmente no sentido de facilitar o escoamento da produção. A região é de acesso difícil, precário e essa precariedade se acentua enormemente nos períodos de chuva, tornando impossível para os moradores se movimentarem.

A pavimentação, com pedras irregulares, do trecho compreendido entre a Sede do município de Boa Vista da Aparecida à Linha Esperança, terá efeitos decisivos no desenvolvimento de uma região caracterizada por minifúndios voltados para a produção diversificada.

A grande importância do calçamento, com pedras irregulares, nos autoriza apresentar esta solicitação a qual esperamos seja acolhida pelo Secretário Mário Pereira.

REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER seja oficiado ao presidente do Banco do Brasil S/A, Doutor Lafayette Coutinho, anexando exposição de motivos elaborada pela Comissão Municipal de Agricultura do Município de PÉROLA DO OESTE e dando o justo apoio do Poder Legislativo do Paraná ao pedido de REABERTURA DA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL naquele município sudoestino.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) JOAO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Trabalho simples, mas bem elaborado pela Comissão de Agricultura do município de Pérola do Oeste, faz uma apresentação honesta e correta do potencial produtivo daquele centro produtor; oferecendo ainda número de propriedades rurais, número de habitantes - áreas urbana e rural, as áreas, em hectares, aproveitadas para a agricultura e o tipo de cultura por área, além da distância que separa o município daqueles que lhe são mais próximos. Toda essa exposição mostra as dificuldades a que ficaram expostos os produtores rurais de Pérola do Oeste que a partir do fechamento da agência do BB daquele Município, passaram a enfrentar mais uma grande dificuldade na sua já difícil luta pela sobrevivência nessa atividade que nos dias atuais mais se assemelha a insuportável castigo. Rogamos aos prezados Pares desta Assembléia que se manifestem em irrestrito

apoio aos rurícolas de Pérola do Oeste, endossando a justa reivindicação por eles feitas através dos seus representantes na Comissão que elaborou o trabalho, também pedindo a reabertura daquela agência da instituição, principal repassadora dos recursos para a agricultura.

REQUERIMENTO N° 1707

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER seja oficiado ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Mário Pereira, solicitando que autorize Estudos para viabilizar, com a Urgência possível, mudanças de Rota da Linha Capanema-Curitiba permitindo que o terminal do Município de Pérola do Oeste seja incluído no trajeto ou, como segunda opção a linha Santo Antonio do Sudoeste-Curitiba, seja iniciada no citado Terminal de Pérola do Oeste.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A mudança proposta como opção principal - e mesmo a segunda é velha reivindicação do povo de Peróla do Oeste. Há muitos anos servido por asfalto, aquele Município ainda está relegado ao desconforto dos seus habitantes também com relação ao serviço de transporte coletivo intermunicipal. O número de usuários justifica o pedido, especialmente pelo fato de que estão sujeitos às dificuldades para aquisição das passagens e, o que é notável, à necessidade de sujeitar-se à viagem do centro urbano ao trevo de São Valério para a incômoda espera, suportante obrigatoriamente às asperezas do tempo.

Rogamos a manifestação unânime dos prezados Pares deste Parlamento, ajudando a viabilizar o solicitado estudo - o que esperamos seja possível em curto espaço - a solução favorável que se assentará como um justo prêmio para o laborioso povo de Pérola do Oeste.

REQUERIMENTO N° 1721

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Elias Abraão, M.D. Secretário de Educação, solicitando seja determinado a quem de direito a imediata instalação de oito (08) extintores de incêndio nas dependências do Instituto de Educação de Paranguá Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto.

Tal pedido justifica-se por si só, já que visa prioritariamente a segurança física de alunos e professores daquele edu-

candário.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO N° 1698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, no sentido de interceder junto ao governo federal para que seja autorizada a retomada imediata da duplicação da Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), especialmente entre o trecho Curitiba-São Paulo. Aproveitando também a oportunidade para encarecer seja reativada, com urgência a duplicação da BR-376, trecho Curitiba-Garuva, divisa com Santa Catarina, estrada conhecida como RODÓVIA DA MORTE.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A quantidade de veículos supera a ordem de 20 mil diariamente pelo Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), especialmente no trecho Curitiba-São Paulo. A estatística fornecida pelo próprio D.N.E.R., atesta que nos últimos dois anos foram registrados mais de oito mil acidentes, número que está em constante elevação.

Estes dados são uma pequena mostra que por si só justifica a retomada urgente da duplicação dessa estrada que é a principal ligação rodoviária do Sul com o resto do país.

Por outro lado, achamos oportuno encarecer de Sua Excelência o senhor Governador agilizar junto ao governo Federal, a retomada dos serviços de duplicação em ritmo de urgência, da BR-376, trecho Curitiba-Garuva, na divisa com Santa Catarina, eliminando para o sistema viário do país um de seus piores gargalos, representado pela tristemente célebre Rodovia da Morte.

A manifestação desta Casa, se impõe, principalmente pelo que representam para a economia do país as Rodovias BR-116 e BR-376.

REQUERIMENTO N° 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em Caráter de Urgência ao Excelentíssimo Senhor, Doutor João Santana, Ministro da Infra-Estrutura, no sentido de determinar estudos junto aos órgãos competentes para que não seja desativado o ramal ferroviário no trecho Mafra à Marcelino Ramos e União da Vitória - Engenheiro Gutierrez.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião; Senadores José Richa, Affonso Alves de Camargo Neto, José Eduardo de Andrade Vieira, Esperidião Amin, Dirceu Carneiro, Nelson Wedekind; aos Deputados Federais, Max Rosenmam, Luciano Pizatto, Luiz Henrique e Paulo Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O antigo 5° Distrito de Transportes da Ex-Rede Viação Paraná Santa Catarina, hoje denominado 3° Distrito de Produção da Rede Ferroviária Federal, instalado em 1.944, no dia 10 de julho, por ato do então Diretor Geral da Rede, Coronel Durival de Brito e Silva.

Em razão de ser Porto União da Vitória, um entroncamento ferroviário com tráfego intenso, a criação daquela unidade veio em consequência, beneficiar e acelerar o desenvolvimento das regiões sul e sudoeste do Paraná e da região do Vale do Rio do Peixe, no Oeste Catarinense, inclusive a região do Planalto de Santa Catarina coberto com o trecho Porto União - Mafra, entendida como condensação dos interesses do empresariado e das aspirações do povo daquela região, traduzindo em realidade o marco inicial plantado em 1.905, época em que os trilhos da então Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande atingiram a cidade de União da Vitória, propiciando a inauguração da primeira Estação Ferroviária.

Na época era flagrante o predomínio do transporte pela Rede Ferroviária, transportando-se a riqueza da região, cujo crescimento deveu-se a agilização do transporte adotado com a instalação do 5° Distrito, constituindo-se esse Distrito na forma polarizadora, especialmente no transporte da madeira, em cuja região encontra-se "Caçador", então denominada Capital Mundial da Madeira. Do outro lado "Canoinhas", conhecida como Metrópole do Ouro Verde, como região maior produtora da Erva Mate.

Neste contexto os Diretores da época com clarividência e com discernimento souberam distinguir o que verdadeiramente era necessário para escoamento da riqueza da região.

O desenvolvimento de Porto União da Vitória, bem como de toda a Região, através dos anos, deveu-se à iniciativa privada e, exigiu em contrapartida, esforços concentrados das administrações municipais na execução de obras de infra-estrutura que objetivaram melhorar as condições de seu povo.

Hoje, decorridos 47 anos, podemos afirmar a cada apito de trem manipulado por

seus orgulhosos maquinistas a ecoarem nos grotões do trecho, simbolizam um hino de glória para quantos tiveram e têm a honra de viver ao longo dessa ferrovia. O povo de toda a Região, orgulha-se de ter sido marco propulsor no desenvolvimento do meio de transporte que dinamizou a política viária de então.

Não podemos assistir pacientemente nem ser testemunha diante da história nem avaliadora da desativação de uma das mais valiosas artérias do progresso - a estrada de ferro.

A desativação da ferrovia nos trechos citados além dos prejuízos de um modo geral à toda a Região, inviabilizará o terminal de calcário em construção na cidade de União da Vitória.

Estas as razões da nossa angustiante solicitação no sentido de ser estudada e revista com toda urgência a determinação da paralisação de tão importante ferrovia.

REQUERIMENTO N° 1702

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve tendo visto as necessidades locais, em visita à Escola Estadual Madre Antônia, ouvidos os clamores da comunidade através da competente diretora Professora Terezinha Cavalheiro Santos, pede ao Secretário de Estado da Educação que inclua a referida escola nos planos de ampliação e melhoria, previstos para o exercício de 1992.

Sugere, dentro das possibilidades, que se atenda aquela unidade escolar, situada à avenida Konrad Adenauer 260, no bairro de Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

REQUERIMENTO N° 1705

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, usando atribuições previstas no Regimento Interno e conferidas pela legislação vigente REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, digno Governador do Estado, solicitando providências no sentido de determinar ao Banco do Estado do Paraná a abertura de linha de crédito vinculada ao FINAME com o intuito de auxiliar os produtores rurais na compra de máquinas e equipamentos agrícolas, a exemplo de outros Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal, através do Ministro Antônio Cabrera Filho, estabelecendo metas da política agrícola, anunciou a liberação de quinhentos milhões de dólares, através

do FINAME, com o propósito de financiar a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas. A medida atingirá, inclusive, pessoas físicas.

Com o propósito de atender um número maior de brasileiros, o financiamento federal atingirá 75% do valor da compra, corrigido pela TR mais juros de 12% ao ano, sendo que os 25% restantes devem ser dados em contrapartida pelos adquirentes dos bens, que poderão buscar financiamentos a juros de mercado.

Diversos Estados da Federação, no entanto, como São Paulo e Goiás por exemplo, sensíveis aos problemas agrícolas, já determinaram abertura de crédito auxiliar do FINAME, com os mesmos percentuais ao TR mais 12% ao ano, com intuito de cobrir total ou parcialmente a contrapartida do agricultor, auxiliando, desta forma, o Governo Federal nos financiamentos.

Esta medida adotada pelos Estados irmãos, também desejamos para o Paraná, através deste requerimento.

Nosso Estado, graças ao dinamismo e pujança de nossa gente, bem como arrojo e vontade de trabalho de nossos produtores, possui uma agricultura invejável. A produtividade, de muitas culturas, só é comparável aos países do primeiro mundo. Somos o grande celeiro agrícola da Nação. Mesmo com toda a crise do setor, possuímos o menor índice percentual de inadimplência do Brasil.

E, apesar de possuímos a maior frota de tratores do país, a conservação está difícil e a renovação dos equipamentos praticamente nula, fatos que tornam impossível manter a produção, ao mesmo tempo em que inviabiliza o preço competitivo. Isto é ruim para a agricultura, péssimo para o Estado e pior para a população.

O FINAME veio, portanto, em boa hora. O Ministério da Agricultura deve ser elogiado pela iniciativa, e o Paraná não pode deixar de corresponder as expectativas.

Por estas razões, apelamos ao Senhor Governador, e em especial ao BANESTADO, a fim de que não deixem de socorrer aos agricultores paranaenses nesta oportunidade, pois os mesmos não podem ficar assistidos apenas por bancos privados, a mercê de juros altos, quando são donos de um banco estatal, como afirma a própria propaganda oficial.

REQUERIMENTO N° 1708

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Presidente da Telepar - Telecomunicações do Paraná S/A, Sr. Paulo Roberto Cordeiro, solicitando a instalação de um telefone

público no Km 295, da Rodovia do Café, município de Marilândia do Sul, mais precisamente na Confeitaria, Lanchonete e Hotel Holandesa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Prefeitos e Câmaras Municipais de Marilândia do Sul e Londrina.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um ponto de parada obrigatória para quem viaja através da Rodovia do Café, com um movimento mensal de milhares de pessoas.

Há muitos anos a instalação desse telefone vem sendo solicitada, não apenas pelos proprietários da Holandesa mas, principalmente, por boa parte de seus clientes.

Tem sido um grande transtorno a não existência desse importante benefício.

A TELEPAR, empresa orgulho de todos nós, paranaenses, atendendo esta solicitação, estará adotando uma medida muito simpática e de utilidade incalculável para todos.

REQUERIMENTO N° 1710

Senhor Presidente.

O Deputado João Batista Arruda, que ao final assina o presente, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Política Habitacional, Dr. Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a especial atenção desta Pasta e de seu Titular no sentido de autorizar a construção de 100 (cem) casas populares para população de baixa renda, no município de São Jorge D'Oeste.

Apelamos ao ilustre Secretário, em função do referido município necessitar com urgência das moradias para sanar grave problema social. São Jorge D'Oeste possui aproximadamente 20.000 habitantes e economia essencialmente agrícola. A maioria absoluta da população vive na área rural, constituída de mini e micro-propriedades, as quais não possuem condições de abrigar aos trabalhadores, que estão morando em barracos cobertos por lonas e plásticos, sem as mínimas condições de segurança e higiene.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1711

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segu-

rança Pública, solicitando a construção e implantação de uma sub-delegacia policial no bairro Cianortinho, município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O bairro Cianortinho vem obtendo vertiginoso desenvolvimento, tendo em vista estar sediando diversos conjuntos habitacionais, o que demanda maior vigilância e proteção policial, razão pela qual apresentamos o presente requerimento que, se atendido, viabilizará a construção da sub-delegacia, para atendimento de plantão e ocorrências, oferecendo maior segurança ao bairro e adjacências.

REQUERIMENTO N° 1720

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de congratulações ao Senhor EUCLIDES BOGONI Diretor e editor do Jornal "DIÁRIO DO NOROESTE", estabelecido à Avenida Rio Grande do Norte n° 1451, Caixa Postal n° 116, na cidade de Paranavaí, e o registro nos Anais deste Poder Legislativo, pela publicação da edição n° 10.000, bem como pelos 35 anos de existência daquele matutino que cobre toda a região noroeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

O dia 04 de julho do corrente ano, foi um dia histórico para o Jornal "DIÁRIO DO NOROESTE". O jornal chegou a sua edição n° 10.000. São três décadas e meia escalando degrau por degrau sempre em busca de oferecer um produto cada vez melhor e mais completo aos seus milhares de leitores. Passado todo este tempo, podemos afirmar como leitor, que este jornal, hoje faz parte da vida do povo da região noroeste do Estado do Paraná.

O Diário do Noroeste, no distante ano de 1955, nasceu sob a denominação de "O NOROESTE". Era quinzenário. Mas a periodicidade do jornal não foi entrave para que tornasse logo um órgão regional, pois a linha editorial já propugnava pela defesa dos interesses da Região Noroeste. Os esforços fizeram com que, dois anos depois, aquela empresa jornalística adquirisse os equipamentos necessários e o jornal passasse a ser editado semanalmente. Logo em seguida o jornal passou a ser tri-semanário, até que em 1959, apenas 4 anos após sua fundação, ele passou a ser diário, sendo que no seu quinto aniversário, ganhou a nova denominação, que é mantida até hoje.

Como quase todos os jornais com mais de 20 anos, o Diário do Noroeste era composto tipograficamente (letra por letra), até a chegada do linotipo, que fez com que a empresa montasse um conjunto de moto/generador, uma vez que na época o serviço de abastecimento de energia elétrica era bastante deficitário. Em 1975, o jornal começou a montagem do sistema off-set, que causou um grande motivo de alegria. No mesmo ano, um incêndio destruiu todas as instalações do jornal, o que causou um grande motivo de tristeza, mas jamais de desânimo. Durante seis meses, o jornal foi impresso na cidade de Maringá e a circulação era bi-semanária. Mas logo o Diário do Noroeste voltava a contar a história do Noroeste em edições diárias.

O jornal, ao longo desses anos sempre procurou se modernizar. E hoje o setor de composição, só para dar um exemplo, utiliza as mesmas máquinas que são usadas em jornais considerados de grande porte. O setor de impressão em breve contará com uma nova máquina que possibilitará uma agilidade em seus serviços.

A par dos investimentos no parque gráfico, a Direção do jornal também está investindo no material humano. Profissionais qualificados fazem parte do corpo redatorial e, à medida em que a região vai se desenvolvendo, o jornal vai crescendo, e outros jornalistas deverão ser contratados para que o leitor seja melhor informado.

Reportando em poucas palavras, o jornal de 35 anos atrás, e o de agora, fica praticamente impossível avaliar todas as dificuldades enfrentadas pela empresa, os obstáculos que se puseram a frente. Todos, entretanto, foram enfrentados de frente, sem subterfúgios e, com garra e coragem, a mesma coragem dos pioneiros que desbravaram a região noroeste, e assim os obstáculos foram vencidos. Visitando aquele jornal podemos sentir que somente quem já militou numa redação de jornal, que sentiu o cheiro de tinta gráfica, pode fazer uma avaliação das dificuldades que uma empresa jornalística enfrenta e quanto é difícil chegar a edição de número 10.000.

O jornal não é uma empresa mercantil qualquer. Ela não vende um produto como qualquer outro. Ela tem que vender a verdade, e sua matéria-prima é a credibilidade. E conquistar esta matéria-prima, que também não é comercializada, exige um trabalho sério, respeitoso, imparcial, justo, honesto e de perseverança. Mesmo usando todos estes ingredientes, ainda assim, há aqueles que não gostam da postura do jornal. Até porque, a verdade nem sempre é bem recebida.

Além disso, muitas vezes o leitor pode considerar que o jornal esteja exagerando em divulgar determinados fatos. Não sabe o

leitor, contudo, que muitas vezes o jornal está defendendo os interesses da comunidade, da região, mesmo que, a princípio, possa parecer algo tendencioso. A responsabilidade de um jornal é muito maior do que possa parecer. E nem sempre isso é percebido por sua comunidade.

Vemos o Diário do Noroeste chegar a sua edição 10.000, defendendo as mesmas bandeiras da primeira edição: o estado de direito, a liberdade de imprensa, a justiça social e o fortalecimento econômico da região e do estado. O jornal a cada edição, procura aproximar-se mais de sua comunidade, ser o porta-voz de seus anseios e aspirações divulgando as suas realizações. O jornal hoje pertence à comunidade. É exatamente por isso que ele não é uma empresa comercial como outra qualquer.

Ao chegar a edição 10.000, vemos o Diário do Noroeste renovar o seu compromisso de continuar na mesma linha editorial que o consagrou como porta-voz da região Noroeste do Paraná: a imparcialidade, a seriedade, o respeito, a justiça, a honestidade e a perseverança continuará sendo o seu principal ingrediente do seu dia a dia. Porque só assim o Diário do Noroeste se manterá exatamente como começou: metade dele, os seus anúncios está a venda, para que a outra jamais seja vendida.

Ao Diário do Noroeste, através de seu editor, redatores e funcionários, só podemos agradecer pelo muito que já fizeram, e que ainda continuarão fazendo em benefício do povo e da região Noroeste do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor MÁRIO PEREIRA, visando o pagamento de indenização a agricultores cujas terras foram desapropriadas para passagem da Rodovia PRT 163, trecho Pranchita/Pérola D'Oeste.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é viabilizar o atendimento da reivindicação abaixo formulada, a qual nos foi encaminhada pelo SINDICATO RURAL DE PRANCHITA (PR).

Há vários anos, agricultores estão na expectativa de serem indenizados em razão da passagem da rodovia PRT 163 - trecho Pranchita/Pérola D'Oeste - por cima de suas terras.

Referidas indenizações já deveriam ter sido pagas pelo Governo do Estado, o que, no entanto, não ocorreu, trazendo sérios - e cada vez mais irreversíveis - prejuízos àqueles produtores que tinham suas

terras onde hoje está a citada rodovia.

Segundo informações por nós recebidas, a indignação que toma conta dos agricultores prejudicados já está atingindo seu grau máximo de tolerância e caso medidas adequadas não sejam tomadas de imediato visando a solução do problema, os mesmos ameaçam interpelar judicialmente o Governo para garantir seus direitos.

REQUERIMENTO N° 1724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Dra. DOROTÉIA VERNECK, visando a implantação de ENTREPOSTO INDUSTRIAL ADUANEIRO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO na área abrangida pelo município de Barracão, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita, Pérola D'Oeste, Planalto, e Capanema no Paraná, bem como Dionísio Cerqueira no Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Quando se começa a discutir de maneira concreta e objetiva a integração do Cone Sul, e no momento em que se viabiliza a criação de zonas de processamento e exportação, em estudos na Secretaria Nacional da Economia sob a denominação de Entrepostos Industriais Aduaneiros de Importação e Exportação, nada mais justo do que pleitearmos a implantação de uma delas na área correspondente aos municípios de BARRACÃO, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, PRANCHITA, PÉROLA D'OESTE, PLANALTO E CAPANEMA, todos eles situados na fronteira entre o Paraná e a Argentina, assim como Dionísio Cerqueira no Estado de Santa Catarina.

Os municípios acima citados têm dado grande contribuição para a economia de seus Estados, e nem sempre tem merecido a atenção que necessitam, tanto da parte dos governos estaduais, quanto da parte do governo federal.

O Entreposto Industrial Aduaneiro de Importação e Exportação que se pretende viabilizar, em muito beneficiaria os Municípios por ele abrangidos, bem como seus respectivos Estados, garantindo-lhes as vantagens advindas deste modelo de comércio, aproveitando a proximidade com os países vizinhos, abrangendo desta forma todo um fluxo de comércio internacional.

A criação do ENTREPOSTO INDUSTRIAL ADUANEIRO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO na área em questão agilizará o funcionamento definitivo do Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira, já devidamente criado e instalado, ligando estas cidades brasileiras a cidade argentina de Bernardo Irigoyen, formando um conjunto de três cidades

gêmeas.

Já se encontram instaladas diversas repartições na área do Porto Seco, tais como a Receita Federal, DNER, Banco do Brasil (CACEX), Ministério da Agricultura com seu Departamento Fitosanitário, Polícia Federal e outros órgãos de menor importância, além de estar instalado em Bernardo Irigoyen, do lado argentino, um vice consulado brasileiro.

O fluxo internacional de pessoas, mercadorias e serviços proporcionará um grande avanço para as Regiões Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, integrando-as definitivamente ao Norte da Argentina, Sul do Paraguai e ao Chile, favorecendo sensivelmente a utilização dos portos brasileiros, aos quais é garantido o acesso mais rápido e com segurança via BR-163, BR-373 e a RUTA 17, todas asfaltadas e dando acesso a grandes centros produtores e consumidores de todos os países envolvidos.

Assim sendo, finalizamos, certos do apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis, bem como da especial atenção que será dispensada a este Requerimento pela Dra. DOROTÉIA VERNECK, para que em breve possamos ver concretizada a criação e a instalação do ENTREPOSTO INDUSTRIAL ADUANEIRO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, em respeito as legítimas aspirações das comunidades por ele abrangidas e em apoio a efetiva concretização do MERCOSUL, que temos certeza, será o marco de uma nova era de progresso e desenvolvimento para o Paraná, para o Sul do Brasil e para toda a Nação.

REQUERIMENTO N° 1725

SÚMULA: 1) Excelentíssimo Senhor Djalma de Almeida César, DD. Secretário de Estado do Trabalho, e da Ação Social;

2) Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente as autoridades acima mencionadas, visando a doação de um Gabinete Odontológico para o Sindicato Rural de Pranchita-Pr.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente requerimento é dar atendimento a justa reivindicação a nós formulada pelo Sindicato Rural de Pranchita-Paraná.

Esta importante entidade do sudoeste paranaense constitui-se em verdadeiro ponto de apoio dos agricultores do Município

de Pranchita e está necessitando, com a maior urgência possível, de um Gabinete Odontológico para poder dar continuidade aos seus objetivos de auxiliar e dar atendimento aos seus associados.

Referido Gabinete Odontológico funcionaria na sede da entidade e poderia ser utilizado por toda a comunidade, quer seja, traria grande benefício a toda população que por mais vezes vê-se impossibilitada de tratar e receber informações profissionais sobre sua saúde dentária dado os altos custos deste tipo de tratamento.

Assim sendo, por ser medida de grande importância para a comunidade dos agricultores de Pranchita o atendimento do presente pleito, finalizamos certos do apoio que os nobres colegas darão a este requerimento.

REQUERIMENTO N° 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de que seja atendido apelo da população dos Bairros Jardim Acrópole e Vila São Domingos, para que seja instalado um Módulo Policial que venha atender as comunidades citadas, podendo ser instalado o mesmo nas proximidades do ponto final do ônibus Jardim Acrópole ou final da rua Francisco Fidélis, beneficiando milhares de pessoas que clamam por segurança.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de que a autoridade policial esteja mais próxima da população é meta do atual Governo, e sentimos que a cada dia que passa as pessoas se sentem amedrontadas, temem sair até para se dirigirem ao trabalho, principalmente os moradores da periferia de nossa Capital.

Contando com a boa vontade das autoridades da área e crendo que receberão atenção os moradores desta região contam com o atendimento de seu pedido.

Como sabemos os responsáveis pela Segurança Pública de nosso Estado são pessoas conscientes das necessidades aqui citadas, contamos com o atendimento ao apelo da população paranaense.

REQUERIMENTO N° 1727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Lafaiete Torres Coutinho, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil S.A. e ao Excelentíssimo Senhor Marcílio Marques Mo-

reira, Digníssimo Ministro da Economia, solicitando a reabertura da Agência do Banco do Brasil de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) HERMAS BRANDAO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ribeirão Claro abriga 649 pequenas propriedades que sobrevivem essencialmente do setor agrícola, cujo produto básico é o café.

São 4.400.000 (quatro bilhões e quatrocentos milhões) de pés de café plantados nas propriedades dos pequenos e médios produtores.

A pecuária também é destaque são 45.000 (quarenta e cinco mil) cabeças de gado.

No setor industrial e comercial soma 366 (trezentos e sessenta e seis) estabelecimentos.

Lembramos também que o Banco do Brasil já tinha anteriormente sede própria, quatro residências para funcionários e uma para o gerente.

Por estas razões nada mais justo do que termos a reabertura da Agência do Banco do Brasil naquele Município.

REQUERIMENTO N° 1731

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao final assina o presente, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do DETRAN-Pr, Francisco Deliberador Neto, solicitando providências deste órgão, no sentido de autorizar o CIRETRAN de Francisco Beltrão a realizar exames de habilitação, e consequentemente expedir carteiras de motoristas, às pessoas residentes no Município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a população de Quedas do Iguaçu, presta exame de habilitação perante o CIRETRAN de Laranjeiras do Sul.

Além de outros inconvenientes, o problema maior reside no fato de Laranjeiras do Sul não possuir auto-escola, requisito essencial para a aprendizagem.

Como Francisco Beltrão preenche esta condição, o atendimento ao presente pedido virá ao encontro dos anseios da população de Quedas do Iguaçu, e do próprio DETRAN que estará habilitando motoristas mais capacitados.

REQUERIMENTO N° 1733

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, usando atribuições regimentais, REQUER ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

de Estado da Educação, ilustre Professor Elias Abrahão, solicitando providências da pasta no sentido de agilizar a liberação de recursos para reformas nos prédios das Escolas Júlio de Castilho, Santos Dumont e Natel de Camargo, ambas no município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

As escolas citadas no presente requerimento, necessitam de reformas urgentes.

O próprio DECOM já fez os levantamentos necessários, verificando a urgência no atendimento.

Segundo informações, a FUNDEPAR precisa aprovar termo aditivo para liberação de recursos.

Ocorre que a cada dia que passa a situação agrava-se. E como conhecemos o alto espírito público do Senhor Secretário de Estado da Educação fazemos este apelo, em forma de requerimento, para que professores, alunos, funcionários de Quedas do Iguaçu sejam beneficiados com obras simples, porém extremamente necessárias.

REQUERIMENTO N° 1737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas regimentais e, após o consentimento do douto Plenário, REQUER, envio de expediente oficial deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da Telepar, solicitando a implantação de uma Central Telefônica na localidade de Subsede, no município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação fundamenta-se no fato de que os moradores de Subsede, visam uma solução dos problemas que enfrentam no sistema telefônico da localidade.

Reivindicam então à TELEPAR a substituição do atual posto telefônico obsoleto por uma central telefônica automática capaz de suprir as necessidades locais de telefonia.

Esta solicitação é uma velha aspiração dos moradores de Subsede que, uma vez concretizada, facilitará os meios de comunicação.

REQUERIMENTO N° 1739

Senhor Presidente.

O Parlamentar que afirma o presente documento, no uso de suas faculdades regimentais, após a anuência do douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, solicitando a destinação de um aparelho para eletrocardiograma para o

posto de saúde de São José das Palmeiras, neste Estado.

Do aprovado, requer, o Deputado encaminhamento para Câmara de Vereadores de São José das Palmeiras e ao Vereador Wilson da Silva.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ÉLIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

O nosso pedido prende-se ao fato de que aquele Município, situado na grande região econômica do Oeste do Paraná, e com uma população superior a 12 mil habitantes, não dispor de nenhum instrumento para exames de eletrocardiogrametria.

Para melhor embasar a nossa solicitação, anexamos o expediente da Câmara Municipal de São José das Palmeiras e cópia da peça propositiva inicial do vereador José Wilson Silva referente ao assunto.

REQUERIMENTO N° 1764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais;

CONSIDERANDO, que todo o tráfego, intenso e pesado, advindo das Rodovias 277, 376 e 151, atingem a Av. Presidente Kennedy, destino Ponta Grossa e Paranaguá;

CONSIDERANDO, que uma população estimada em 23.890 pessoas residentes em diversas Vilas necessitam transpô-la;

CONSIDERANDO, não existir no local adequado para pedestres atravessarem-na;

CONSIDERANDO, sê-la denominada de "Corredor da Morte", face inúmeros acidentes fatais;

REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mario Pereira, solicitando que determine estudo e construção de uma "TRINCHEIRA" (viaduto subterrâneo) na Av. Presidente Kennedy, em Ponta Grossa, Paraná, em local demonstrado pelo croqui anexo.

REQUER, outrossim, que da decisão seja dado ciência aos Srs. Pedro Wosgrau Filho - prefeito Municipal, Odivaldo Alves - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e João Schimanski, Presidente da Associação de Moradores do Parque D. Pedro II, a rua José Lins do Rego, 177, C.E.P. 84050.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) DALTON MACHUCA.

JUSTIFICATIVA:

A Av. Presidente Kennedy, ou "corredor da morte", separa as populações das Vilas Parque D. Pedro II, Jardim Sabará, Parque do Café, Taquari dos Polacos, Jardins Santa Paula, Jansen e Justus, Vilas Raquel, Ricci e Eldemira, Núcleo Santa Paula, Ponte do Kalinoski, Colônias Guaraúna e Noê-

ma, atingindo uma população estimada em 23.890 pessoas, que necessitam transpô-la para se dirigirem ao centro da cidade, quer a trabalho, passeio ou estudo.

As Rodovias 277, 376 e 151, unem-se na Av. Presidente Kennedy - Contorno, para atingirem o sentido Curitiba a Paranaguá, significando um grande fluxo de veículos de passeio ou cargas.

Diante disso, transpor a Avenida em lugares impróprios ou inadequados tem causado inúmeros acidentes fatais, sendo esse o motivo da denominação popular de "corredor da morte".

No atendimento desta solicitação, proverá a segurança aos transeuntes das localidades mencionadas, bem como, atenderá um velho anseio da população.

REQUERIMENTO N° 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan de Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido e que seja destinado um veículo-ambulância para o município de Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, ressentem-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda na área da saúde, quer no tocante de remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

REQUERIMENTO N° 1774-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado dos Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Perobal - Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, ao Vereador Sebastião Calixto e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes. A construção da cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes principalmente.

Temos a certeza de que a Secretaria, ao efetuar estudos, verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendido, comparado com o benefício para a população.

REQUERIMENTO N° 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Osni Ribas Alves, DD. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, LBA, no sentido de que seja liberado recursos financeiros e/ou materiais para a construção de uma creche no Alto São Francisco, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

REQUERIMENTO N° 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Osni Ribas Alves, DD. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, LBA, no sentido de que seja liberado recursos financeiros para dotar as creches de material de lazer, tais como parque infantil, no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e

ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As creches municipais entendidas como equipamento social auxiliar da família destinam-se ao atendimento da criança, objetivando:

- promover a participação da família como um todo no programa sócio-educativo;
- oferecer-lhe condições favoráveis ao seu desenvolvimento;
- viabilizar a integração social do menor e de sua família na comunidade;
- atender suas necessidades básicas e primordiais, proporcionando o desenvolvimento e o estímulo do seu crescimento físico, emocional e mental.

Entendendo-se que a atividade da criança e o lazer, ou as brincadeiras lúdicas e que o parque infantil em muito ajudaria neste processo, solicitamos o empenho da LBA para a obtenção desse projeto.

REQUERIMENTO N° 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Dr. Eduardo Teixeira, DD. Ministro de Estado da Infra-Estrutura, no sentido de que seja determinado estudos para análise e solução definitiva dos problemas que afligem aos ex-ilhéus, residentes no município de Altônia.

Do aprovado, requer ainda envio de cópias aos Excelentíssimos Srs. Presidente da Itaipu Binacional, ao Presidente da ELETROSUL e ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

É deveras lamentável e inadmissível a continuidade da atual situação da população residente na ilha Grande, no rio Paraná, no município de Altônia.

Venho à presença de Vossa Excelência, como centenas de milhares de paranaenses que denunciam esse grave problema pelos quais estão passando as famílias ribeirinhas ao Rio Paraná. Essas famílias, algumas delas proprietárias de terras, áreas essas tituladas pelo INCRA, passam por verdadeiras penúrias, suportando heroicamente uma situação não criada por elas, mas sim, por atender ao aceno feito por órgãos do Governo Federal ligados ao assunto, com propostas de melhoria de vida, mas sem que os conscientizassem dos problemas que poderiam advir com a instalação de barragens, antes da Itaipu, depois da ilha Grande, em Guaíra.

Antes da implantação do reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu, essas famílias desenvolviam suas atividades nas áreas em pauta, tanto na agricultura como na pecuária e pesca, favorecidos pela alta fertilidade do solo e grande quantidade de peixes.

Desde o enchimento do lago de Itaipu, estão sendo impedidas de desenvolverem suas atividades normais, devido ao alagamento e ao assoreamento por areia carregada pelas águas do rio.

A grande maioria das pessoas que migraram para a Ilha, conseguiu reorganizar suas vidas; entretanto, 32 destas famílias estão em difícil situação e, de produtores rurais do município, foram transformados em bóias-frias, os quais atualmente lutam pacificamente por uma indenização pelos investimentos que fizeram nas áreas atingidas pelo alagamento, sofrendo perdas irreparáveis e mesmo totais no seu patrimônio, inclusive máquinas e equipamentos agrícolas, culturas, pomares, casas e demais benfeitorias.

Isto posto, vimos solicitar a Vossa Excelência, as gestões cabíveis junto aos órgãos competentes, de sorte que se possa oferecer aos nossos ilhéus, o mesmo tratamento dado aos de Guaíra.

REQUERIMENTO N° 1742

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Presidente do BNDES, Eduardo Marco Modiano, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miro Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de audito-

ria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1743

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário para Assuntos Estratégicos, Paulo Bergamaschi Leoni Ramos, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a

participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1744

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passariño, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos

regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Banco Central do Brasil, Francisco Roberto André Gros, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bas-

tando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1746

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores, José Francisco Resek, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível, para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1747

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Mi-

nistro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Presidente, Fernando Collor de Mello, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Wilson Kleinubing, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento,

mento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1750

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu de Deus Collares, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão

de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1751

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1752

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Política econômica, Roberto Macedo, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:
É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, po-

rém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1753

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência a Excelentíssima Sra. Secretária da Economia, Dorothea Werneck, solicitando o empenho da mesma na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:
É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento

em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1754

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Gusmão Wellisch, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1755

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1756

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Heron Arzua, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE,

cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1757

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, Wálter Nique, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca,

Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1758

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento do Estado de Santa Catarina, Fernando Marcondes de Mattos, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e

projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1759

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, Orion Herter Cabral, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é ina-

ceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1760

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, Carlos Arthur Krüger Passos, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, César Augusto Schirmer, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo,

porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1762

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Gilson dos Santos, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1763

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Diretor da Área de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Nelson Carvalho, solicitando o empenho do mesmo na busca de uma solução para o BRDE, cuja continuidade, segundo pensamento do próprio Executivo paranaense, passa pela participação da União no capital do Banco.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

APOIAMENTO: Albino Corazza, Renato Adur, Toti Colaço, Paulo Maia, Rafael Greca, Heinz Herwig, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

É prerrogativa do poder público a função de planejar e fomentar o desenvolvimento, uma vez que isto envolve riscos e projetos de longa maturação, para os quais a iniciativa privada não se sente atraída.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, vinha desempenhando com eficiência esse papel desde 1961. No entanto, há mais de dois anos, esse órgão de fomento está paralisado, o que é inaceitável, considerando-se que, uma vez superados os motivos que levaram à sua liquidação extrajudicial, apresenta hoje uma situação econômico-financeira e patrimonial estável conforme resultado de auditoria independente, contratada a pedido do Governo do Paraná;

Em 12.06.91, em reunião do CODESUL, os Governadores do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assinaram a Resolução n° 447, que considera o BRDE imprescindível para a Região Sul e propõe a participação da União no Banco, o que foi considerado factível pelo próprio Banco Central. A consecução de tal objetivo, porém, demanda uma decisão política, sendo, portanto, necessária a união de todos.

A Constituição Federal, em seu art. 192, § 2°, prevê a existência de bancos regionais para a aplicação de "recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional..."

O Paraná está sem um órgão de fomento em atividade, compatível com a sua necessidade. O BRDE tem todas as condições de continuar a desempenhar esse papel, bastando para isso uma decisão política.

REQUERIMENTO N° 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do artigo jornalístico "Juizes do Paraná", de autoria do Desembargador Négi Calixto, publicado na Gazeta do Povo no dia 01.08.91.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O artigo enaltece a atuação do Poder Judiciário, que comemora o centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A Assembléia Legislativa quer homenagear todos os juizes que desde 1891 vêm prestando relevantes serviços na arte de julgar, segundo as próprias palavras do Desembargador Négi Calixto, emérito representante deste Poder.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 290/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A música popular brasileira, como de resto toda a produção cultural do país, foi afetada pelo descaso de sucessivos governos quando não pela pura e simples repressão das últimas duas décadas. A nossa música popular, especialmente sobreviveu apesar das condições precárias e negativas, embora muitos valores artísticos tenham sido impedidos de florescer, pelo papel inibidor, castrador e desestimulante exercido pelo Estado. Entretanto nenhuma força foi o bastante para ofuscar o brilho de alguns artistas vigorosos e persistentes que produziram o que de bom e positivo se resguardou na música popular brasileira, dentre os quais distingue-se FRANCISCO BUARQUE DE HOLANDA, conhecido pelo carinhoso apelido de Chico Buarque de Holanda. Carioca, natural do bairro do Catete, onde nasceu em 19 de julho de 1944. Desde cedo revelou vocação para a música, influenciado pela sua irmã Heloisa Helena. Sendo que sua primeira composição foi aos 15 anos. Personalidade marcante e dono de extraordinária sensibilidade, nunca limitou seu universo criativo à imposições ditadas pelo momento. Deixando até de receber homenagens ou honrarias quando estas contra-

riavam seu próprio ideal de vida. Seu repertório musical retrata não só os anseios de liberdade e justiça do povo brasileiro mas retrata os legítimos anseios de todos os povos latino-americanos.

Empresta a sua trajetória de vida, valiosa contribuição à cultura brasileira, perseguindo o idealismo de seu pai, o renomado historiador SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.

Obs.: Este Projeto foi apresentado em 1988 pelo ex-Deputado José Domingos Scarpelini, tendo sido arquivado por força do artigo 250 do atual Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 291/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "FUAD NACLI".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Fuad Nacli nasceu em 24 de agosto de 1925, na cidade de "Majdal Chamas", na Síria, é filho de Jorge Nacli e Adla Abujamra Nacli, ambos falecidos. É casado com Dona Maria Moraes Nacli, natural de Borda da Mata, Minas Gerais. O casal tem três filhos: Jorge, casado com Cristina Radziminski Nacli; Terezinha, casada com Carlos Almeida e Adla Maria, casada com Lázaro Luiz Fernandes Bastos.

Em 3 de agosto de 1952 foi naturalizado brasileiro conforme decreto de naturalização assinado pelo então Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas.

Residiu no interior de São Paulo, nas cidades de Garças, Tupã e Presidente Prudente. Em 1954 transferiu-se para o Estado do Paraná, tendo se radicado em Porecatu e posteriormente em Centenário do Sul, onde desenvolveu atividades comerciais. Em 1959 fixou residência nesta Capital. Iniciou sua carreira política em 1952 quando foi eleito vereador da cidade de Centenário do Sul.

Em 1963 foi nomeado assistente da Delegacia Estadual da SUPRA - Superintendência de Política Agrária do Paraná.

Em 1966 foi eleito Deputado Estadual pela primeira vez, conseguindo maioria de votos nas cidades de Centenário do Sul, Jaguapitã, Cascavel, Paissandu, Corbélia e Manoel Ribas.

Graças a sua eficiente atuação reeleitou-se mais quatro legislaturas: 1970, 1974, 1978 e 1982.

Por sua atuação como Deputado foi agraciado com Título de Cidadão Honorário

nas cidades de Nova Aurora, Corbélia, Centenário do Sul, Formosa d'Oeste e Itambaracá.

Através de seus projetos de lei criou os municípios de Nova Aurora, Jesuítas, Três Barras e Formosa d'Oeste.

Na Assembléia Legislativa exerceu funções em diversas Comissões, entre as quais destacam-se: 1967 - membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e Presidente das Comissões de Orçamento e Finanças; em 1969 - Presidente da Comissão de Orçamento; 1970 - membro da Comissão de Orçamento; 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976 - membro da Comissão de Orçamento e Finanças; 1975, 1976, 1977, 1978 - membro da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, tendo em 1977 e 1978 exercido sua presidência; 1977 e 1978 - Presidente da Comissão de Orçamento; 1977, 1978, membro da Comissão de Terras, Imigração e Colonização; 1979 a 1981, foi vice-líder da ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Em 1983 foi líder do P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro).

Foi um dos fundadores do FEPPA - Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, tendo sido seu primeiro tesoureiro.

Dentre as Comissões especiais, foi indicado para integrar a Comissão Especial de Estudos dos Problemas Gerados na Usina Central do Paraná (Porecatu) e da Comissão Especial do Simpósio do Alcool Carburante.

Como Deputado Estadual, lutou e conseguiu para os Municípios que representava, melhorias necessárias para o conforto da população, como sejam: asfaltamento de rodovias, construções de pontes, instalação e ampliação das redes de energia elétrica, telefone e água, reformas e construções de escolas públicas, entre outras.

Além das atividades políticas, desenvolveu atividades agrícolas, sendo pioneiro em Formosa e Nova Aurora, onde cultivou menta, trigo e também café. Contribuiu de forma decisiva para criação e implantação da Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", de Bandeirantes.

PROJETO DE LEI N° 292/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública estadual, a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n° 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual, a

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, com sede e foro nesta Capital, à Avenida Sete de Setembro, 5811.

Com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seu estatuto, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, tentando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum.

É entidade devidamente registrada sob n° 12.082 do livro "A" 8 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Registro de Títulos e Documentos, em 31 de maio de 1989 (1° Ofício da Capital).

Seu estatuto por si traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente os seus objetivos.

A SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções conforme estabelece o artigo 12° do Capítulo V do seu Estatuto, não tem fins lucrativos; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explicitadas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 293/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A partir de 1° de janeiro de 1992 os advogados que, por nomeação do Juiz, funcionarem em processos civis ou criminais na qualidade de dativos, para assistência ou defesa de pessoas pobres, serão remunerados pelo Estado.

§ 1° - A remuneração de que trata este artigo será fixada pelo Juiz, após transitada em julgado a sentença final, observada a tabela de honorários elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná.

§ 2° - Somente fará jus à remuneração o advogado dativo que acompanhar o processo em todos os seus termos e se conduzir com zelo e diligência no desempenho do encargo.

§ 3° - Em caso de substituição do advogado dativo, por motivo de justo impedimento, sua remuneração e a do que houver substituído serão fixadas de acordo com os serviços que cada qual tiver prestado.

§ 4° - Para efeito do disposto neste artigo, deverá ser comprovada, a critério do Juiz, a pobreza da parte assistida pelo advogado dativo.

Art. 2° - A remuneração do advogado

dativo, fixada na forma do artigo 1°, será-lhe paga, mediante ofício do Juiz do feito, pela repartição competente da Secretaria da Fazenda na respectiva Comarca.

Art. 3° - Não se aplica o disposto nesta lei às Comarcas em que funcionem serviços de assistência pela Defensoria Pública do Estado, com procuradores postos à disposição dos respectivos Juizes, salvo por necessidade e entendimento do próprio Juízo.

Art. 4° - O orçamento do Estado a partir do exercício de 1992, consignará verba destinada a ocorrer às despesas com a execução desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

Conforme o disposto no art. 127 da Constituição do Estado do Paraná, é obrigação do Estado prestar assistência judicial gratuita aos considerados necessitados e/ou pobres, desde que comprovado. No entanto, com o trabalho de Defensoria Pública do Estado, concentrado basicamente na Capital e sem condições de atender a demanda, pelo pequeno quadro de funcionários, não possuindo, portanto, estrutura capaz de cumprir a Constituição e o dever do Estado.

Consideramos que criando a remuneração de advogados dativos, o atendimento às pessoas carentes em todo o Estado será feito com maior presteza pelos profissionais designado pelos Senhores Juizes. Sendo que na maior parte das causas os advogados prestam os serviços para colaborar com a Justiça.

Atualmente nas Comarcas e no interior do Estado os advogados que são nomeados pelos Juizes trabalham nos processos sem nenhuma remuneração, quando aceitam, pois por deliberação da Ordem dos Advogados do Brasil, os mesmos não são obrigados a aceitar tal designação, e normalmente o fazem a título de colaboração.

Assim, entendemos que com a remuneração aos advogados dativos, certamente haverá mais agilidade e atendimento efetivo às pessoas necessitadas de todo o nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 294/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Pato Branco, Estado do Paraná os lotes de terras n°s 07, 08, 09 e 10 da Quadra 76, da Planta Oficial da Cidade, de proprieda-

de do Estado do Paraná, conforme matrículas de Registros de Imóveis, respectivamente de n°s 13.646, 13.647, 13.648 e 13.649, com lavratura de 11 de agosto de 1982, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2° - Os imóveis de que trata o art. 1°, serão destinados, respectivamente à instalação da Agência da Receita Federal e da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) CARLOS SIMOES

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, que ora apresentamos a esta douta Casa de Leis, tem por objetivo atender solicitação da Comunidade patobranquense, no sentido de que os terrenos objeto deste, sejam utilizados para a instalação da Agência da Receita Federal da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho, que são antigas reivindicações da população local.

O município de Pato Branco, como centro de Microrregião vem buscando oferecer aos seus moradores e também dos municípios vizinhos melhor atendimento quanto aos serviços públicos, e com instalações próprias e adequadas os serviços que os brasileiros procuram com certeza serão de melhor qualidade, quando o espaço assim condizer.

Considerando ser de necessidade de toda uma coletividade é que contamos com o apoio desta Casa para podermos atender a milhares de paranaenses, que com certeza serão beneficiados.

PROJETO DE LEI N° 295/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva, com sede e foro à rua Padre Thomaz Kânia, 149, no Município de Imbituva.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Tem por finalidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva, oferecer tratamento, orientação e promover habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional mental na comunidade. Foi fundada em 09.09.86, tendo seu estatuto registrado sob n° 1793, fls. 95v°, do Cartório de Títulos e Documentos de Imbituva.

Assistir e trabalhar o deficiente, é uma tarefa árdua, sobretudo sem visar fins lucrativos.

Este projeto de lei, conforme documentos anexos, preenche os requisitos previstos na Lei n° 6994 de 12.01.78.

Estas são as razões que proponho, seja a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva", reconhecida como de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N° 296/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o município de BOUBÔNIA, desmembrado do município de Barbosa Ferraz, conservando-se as divisas e confrontações do atual Distrito Administrativo de Bourbonia, município de Barbosa Ferraz, como segue:

"Começa na barra do Rio das Lontras com o Rio Chupador, sobe por este até o ponto de encontro com a estrada Iretama - Campo Mourão; segue por esta no sentido de Campo Mourão até a bifurcação da estrada para Barbosa Ferraz, segue por esta até a divisa da Gleba Corumbataí, de propriedade de Nicolau Lunardelli, segue por esta divisa de gleba até a divisa do lote 02, da Fazenda Rio Formoso, segue por esta até encontrar o Rio das Lontras e por este até a sua foz, no Rio Chupador, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Bourbonia, criado pela Lei n° 7327, de 10 de junho de 1980, preenche todos os requisitos necessários para a sua emancipação política, consoante a Lei n° 65/91.

No que se refere ao seu aspecto sócio-econômico, não resta dúvida de sua prosperidade, haja vista estar encravado em uma das regiões mais ricas de nosso Estado. Suas terras são férteis e constituídas de pequenas e médias propriedades.

É importante salientar que todos os países desenvolvidos do mundo passaram, compulsoriamente, por uma fase de descentralização administrativa, seja na América do Norte, seja na Europa, seja nos países socialistas.

A França tem o tamanho do Estado da Bahia, sendo menor que Minas Gerais, e, está subdividida em 97 (noventa e sete) Estados - denominados "Departamentos" - e possui 35.000 (trinta e cinco mil) municípios; a Alemanha tem uma área territorial de 248.000 Km² (duzentos e quarenta e oito

mil quilômetros quadrados), área territorial exatamente igual a do Estado de São Paulo, estando subdividida em 18 (dezoito) "Cantões" - cada um correspondente a um Estado - e, tem aproximadamente 14.000 (quatorze mil) municípios. A URSS possui 55.000 (cinquenta e cinco mil) "Câmaras".

O Brasil é 35 (trinta e cinco) vezes maior que a Alemanha e 16 (dezesesseis) vezes maior que a França, contando com somente 27 (vinte e sete) Unidades Federativas, e aproximadamente com 4.500 (quatro mil e quinhentos) municípios.

Parece-nos, portanto, salutar a emancipação política do distrito ora em questão.

PROJETO DE LEI N° 297/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", de Rosário do Ivaí - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, cujo objetivo é assistir a idosos, inválidos e necessitados.

Esta entidade vem prestando inestimáveis benefícios àqueles que a ela recorrem, minorando o sofrimento dos menos favorecidos, sem nada pedir em troca.

Dirigida e mantida por um grupo de abnegados é exemplo de amor ao próximo e dedicação desinteressada.

PROJETO DE LEI N° 298/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a Regional do DETRAN/PR na cidade de Santo Antonio da Platina, Regional esta capaz de emitir documentos de veículos através de terminal e impressoras computadorizadas.

Art. 2° - Todo o custo decorrente da implantação deste sistema de informática será custeado, a título de doação para o Estado, pela Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOSÉ ARTUR RITTI

JUSTIFICATIVA:

Santo Antônio da Platina localiza-se a uma distância de 120 Km da Regional mais próxima do DETRAN que tem autorização para

emitir documentos de veículos. É uma cidade pólo que está localizada em posição geográfica privilegiada, eis que é o Centro do Norte Pioneiro, congregando 30 cidades como mostra o mapa anexo.

Conta ainda a cidade com revendedores de veículos de todas as marcas como Toyota, Volkswagen, Ford, Chevrolet, Mercedes Benz, Fiat, Lada e outras, sendo o comércio de veículos usados muito influente sobre toda a região.

Diante de tais fatos expostos, nota-se visivelmente que o volume de documentos que tramitam pelo CIRETRAN local é muito grande, fato que acaba tornando morosa a expedição de documentos na região, o que em tempos modernos como os de hoje, em que o mundo anda rapidamente através de uma fantástica dinâmica, traz prejuízos enormes aos interessados em negócios de carros, os quais muitas vezes vivem exclusivamente daquela profissão.

Portanto faz-se necessário a implantação urgente do C.P.D. (Centro de Processamento de Dados) para emissão de documentos, no entanto tal facilidade tem preço e o Estado não precisará desembolsar um tostão sequer, para concretização de tal regional.

O município de Santo Antônio da Platina tem interesse há muito tempo em liderar o Norte Pioneiro do Paraná, e para isso precisa dar o primeiro passo neste sentido aprovando tal projeto.

PROJETO DE LEI N° 299/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS de Realeza, PR, sediada naquele município.

Fundada a 30 de julho de 1983, foi registrada sob n° 87, Livro A-1 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Realeza-PR, em 27 de setembro de 1983.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A fundação da "Associação dos Funcionários Municipais de Realeza" foi classificada pela classe como um imperativo para atender aos seus interesses funcionais e econômicos, não só junto ao Governo Municipal, como à comunidade. E com o objetivo de manter o funcionalismo unido, foram estatuídos como objetivos da entidade, além do principal, o estímulo à prática de diversos esportes e o incremento e patrocínio

nio de encontros artísticos, sociais, culturais e filantrópicos.

A análise do relatório de atividades, elaborado pela atual diretoria - relativo ao biênio 89/90 - demonstra a operosidade da classe, o seu desejo de manter a união dos associados e o seu interesse pela entidade.

Além do citado relatório das atividades, instruem o presente projeto, a CERTIDÃO que comprova a PERSONALIDADE JURÍDICA da entidade; a DECLARAÇÃO da diretoria que os seus membros NAO RECEBEM REMUNERAÇÃO; assim como a relação nominal dos membros que compõem a atual diretoria - biênio 90/91; além de cópia do estatuto da associação.

PROJETO DE LEI N° 300/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, do município de Quedas do Iguaçu - PR, mantenedora da "Escola Especial Bem Me Quer", localizada à rua Alecrim, n° 232.

Fundada em 13 de abril de 1985 e registrada em 30 de dezembro de 1989.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A fundação da "Escola Bem Me Quer" para atendimento a crianças portadoras de deficiência, foi uma conquista da sociedade de Quedas do Iguaçu. Seu começo não foi mais fácil que para as escolas congêneres - fundadas em outros municípios. Dependente do apoio da comunidade, desde logo deixou claro a inadiável necessidade da fundação da associação que congregasse os pais dos alunos atendidos. A fundação da APAE, pouco mais de um mês depois do início das atividades da escola, foi uma consequência.

A APAE de Quedas do Iguaçu, fundada em assembléia que aprovou o Estatuto, realizada a 27 de maio daquele mesmo ano de 1985, lançou um seriíssimo trabalho de ajuda à atividade da "Escola Bem Me Quer": sensibilizando a Câmara de Vereadores para aprovação da Lei Municipal n° 12/86, de 29.09.86, que declarou de Utilidade Pública a entidade; encaminhando a documentação exigida pela Secretaria de Estado da Educação, para fins de registro da escola e obtenção da autorização precária de funcionamento; promovendo festas com o objetivo de arrecadar fundos para a aquisição dos materiais e instrumentos necessários ao atendimento dos alunos; filiando-se à

Federação das APAE's do Estado; habilitando a entidade a receber recursos da Prefeitura Municipal, da LBA e da FUNDEPAR; e cadastrando-a junto aos diversos órgãos afins do Governo Estadual; além de organizar a estrutura de atendimento, de acordo com as necessidades dos alunos assistidos.

Foi um trabalho sem descanso, iniciado com a inauguração da "Escola Bem Me Quer", e que continua diuturnamente para que os 60 alunos assistidos presentemente, sintam-se - dentro do possível - COMO PESSOAS NORMAIS.

A declaração de Utilidade Pública, por parte do Legislativo do Paraná, habilitará a entidade a outros recursos para os quais ainda está impedida pela falta desse título que, esperamos, seja agora legado pela merecida unanimidade, reconhecendo-se os grandes serviços prestados pela APAE de Quedas do Iguaçu.

PROJETO DE LEI N° 301/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o ALBERGUE SANTA LUIZA DE MARILLAC de Maringá, com sede na cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O "Albergue Santa Luiza de Marillac de Maringá", é uma entidade civil de caráter beneficente, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas, raciais ou condições sociais.

A entidade encontra-se em funcionamento desde 27 de março de 1959, estando registrada sob o n° 35, do Livro A-1 do Registro de Títulos e Documentos de Maringá.

O "Albergue Santa Luiza de Marillac" tem por finalidade dar assistência às pessoas carentes e em trânsito por Maringá, destacando-se os seguintes aspectos:

- . Recursos para higiene pessoal
- . Alimentação
- . Roupas e calçados
- . Orientação promocional
- . Encaminhamento para empregos
- . Assistência médica
- . Acomodações
- . Retorno aos lugares de origem.

São de conhecimento geral as dificuldades que têm passado estas instituições, vivendo às duras penas de contribuições e doações. Mesmo assim, o "Albergue Santa Luiza de Marillac" vem trabalhando sem descanso para a felicidade e progresso do gênero humano, procurando - dentro de suas disponibilidades - suavizar o sofrimento

de todos aqueles que necessitam.

Assim, dado o caráter social deste Projeto de lei, submetemos o presente à apreciação de nossos Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 302/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, nos termos e limites previstos nesta lei, o "Parque Estadual Saint-Hilaire", como área de preservação de ecossistemas relevantes da fauna e flora da mata atlântica e a estabilidade ambiental da região, balneários e comunidades litorâneas.

Art. 2° - Os limites definitivos do "Parque Saint-Hilaire", serão fixados pelo Poder Executivo, no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da vigência desta lei, respeitando o perímetro compreendido dentro das seguintes orientações:

"inicia no ponto aproximado a 48°33' na confluência dos pontos 71.39 U.T.M. SUL e 7.46 U.T.M NORTE, localizado na estrada do contorno, ao fundo do Balneário Caiobá, ao pé das elevações que compõem o Morro do Itaguá; partindo daí com a cota de 20,00 metros de altitude em direção ao Porto Passagem, margeando a Rodovia de acesso, observando sempre a esta cota ou a cota superior subsequente, se houver necessidade de desviar eventuais áreas já urbanizadas; do local determinado Porto Passagem, seguindo daí, pela mesma cota de 20,00 metros, margeando as elevações do Morro do Itaguá, próximo a estrada de acesso a localidade de Cabaraquara; seguindo daí, ainda pela cota de 20,00 metros, acompanhando o entorno do Morro de Cabaraquara e do Morro Pedra Branca, até o ponto de divisor com o Morro Jesus; seguindo por este divisor em direção a encosta oposta no sentido da localidade de Sítio do Meio; seguindo então, também pela cota de 20,00 metros, do lado oposto do Morro da Pedra Branca, em direção ao ponto de origem, circundando as diversas elevações, sempre pela cota de 20,00 metros excluídas as áreas eventualmente urbanizadas."

Parágrafo Único - Na fixação dos limites definitivos, o Poder Executivo poderá excluir áreas relevantes para o desenvolvimento regional ou para as obras de reconhecido interesse público, bem como as edificações já existentes.

Art. 3° - A implantação e administração do Parque ficarão a cargo do I.T.C.F. - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas.

Art. 4° - Nos três primeiros anos, subsequentes à data da publicação desta lei, deverão ser alocados recursos pelo Poder Executivo, no Orçamento Geral do Estado, para a realização de obras de infra-estrutura e de preservação da área do Parque, além das necessárias à sua conservação e manutenção.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O local apresentado para a criação do "Parque Estadual Saint-Hilaire", abrange área pertencente a Mata Atlântica, de significativo interesse para a preservação da fauna e da flora.

Sendo parte de uma área com grande declividade, é fundamental a preservação da Mata, protegendo assim as encostas do Morro, visando a própria segurança da população residente e turistas que ali trafegam.

Também ressalta-se o fato de preservar a qualidade da água dos rios ali existentes, que ajudam a suprir a necessidades dos municípios.

Finalmente, a preservação de parte da Mata Atlântica na forma de um Parque, vem assegurar o interesse real do Paraná em manter o restante da vegetação nativa de nosso Estado.

Quanto ao nome, deve-se ao primeiro naturalista que descreveu nossa região.

PROJETO DE LEI N° 303/91

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na doação que o Município pretende fazer ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, de uma área de 19.956,45m2 (dezenove mil, novecentos e cinquenta e seis metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), que mede 70,00 metros de frente para a Rua Francisco Xavier de Almeida Garrett, do lado esquerdo de quem da rua olha mede 287,10 metros e limita com terras do município de Campo Largo, nos fundos com 69,80 metros e do lado direito de quem da rua olha com 283,90 metros, também dividindo com terras do Município, localizada em Campo Largo, de propriedade do município de Campo Largo, e a ser desmembrada de área maior, constante da matrícula n. 8540 do Cartório dentro de imóveis da Comarca de Campo Largo, área esta que o Estado do Paraná doou ao referido Município, conforme Lei 7335 de 16.06.90, para fins de implantação do

Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica, que irá ser lá construído.

§ 1º - A área a ser doada no "caput" deste artigo será gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e deverá ser utilizada pela entidade donatária, após a conclusão da construção do Centro de Formação Profissional e Técnico de Cerâmica, exclusivamente na administração e manutenção do mesmo.

§ 2º - A referida obra deverá estar concluída no prazo máximo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação desta lei.

Art. 2º - Fica revogada tão somente o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei 8701 de 30.12.87.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Carlos Simões, Nelson Garcia e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Nosso projeto visa solucionar a maior dificuldade para que a Escola de Cerâmica de Campo Largo seja realidade. Esta lei define que a doação da área será efetivada ao Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial devido que tão somente ele detém o conhecimento e estrutura para o funcionamento dos cursos tão esperados pela comunidade de Campo Largo. Os recursos para a construção estão garantidos e portanto em breve esta Escola será uma realidade.

A necessidade de revogação de artigo na Lei n. 8701 prende-se ao fato que o Sindicato declinou da posse e construção da Escola passando a ser um ativo cooperador junto ao Senai, para que a obra seja concluída.

A permanência das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade garantem o objetivo da doação e o bom uso do patrimônio do Estado e do Município.

PROJETO DE LEI N° 304/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná", com sede e foro à Rua Cândido Lopes, 146, 5º andar, na cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná" é uma sociedade civil constituída com a finalidade de representar e congregar os advogados que se dedicam com particular interesse ao Direito do Trabalho.

Na consecução de suas finalidades, a Associação deve promover atividades de ordem cultural, previdenciária, recreativa, social e de aperfeiçoamento profissional: colaborar com a Ordem dos Advogados do Brasil na promoção e defesa dos interesses, prerrogativas e direitos dos advogados especialistas em Direito do Trabalho; colaborar com a Ordem dos Advogados do Brasil, Instituto dos Advogados do Paraná, Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, e outras entidades de classe; colaborar no aprimoramento dos serviços judiciários da Justiça do Trabalho.

Tem seus estatutos registrados no Registro de Títulos e Documento - 2º Ofício de Pessoas Jurídicas, nesta cidade, não possui fins lucrativos e, tampouco, remunera membros da Diretoria ou do Conselho.

Assim sendo, por estar servindo desinteressadamente a coletividade e por preencher todos os requisitos estabelecidos pela Lei n. 6994 de 10 de janeiro de 1978, acreditamos ser importante a declaração de utilidade pública e, conseqüentemente, que este projeto merecerá a aprovação unânime do douto Plenário.

PROJETO DE LEI N° 305/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Euclides Girolamo Scalco.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Aprioristicamente seria desnecessário qualquer justificativa para a apresentação do presente projeto de lei, que objetiva a outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Euclides Girolamo Scalco, ainda mais se considerarmos que estamos nos dirigindo a pessoa altamente politizada e que por certo conhecem o trabalho desenvolvido pelo homenageado no decorrer de sua já longa vida pública.

Nascido na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul, estabeleceu-se na cidade de Francisco Beltrão ainda na década de 1950. Nessa cidade paranaense ini-

ciou suas atividades profissionais e políticas, e, em ambas, graças à sua inata e reconhecida capacidade, obteve pleno êxito.

A par de sua intensa atividade comunitária, Euclides Girolamo Scalco foi, por duas vezes, vereador e, depois, prefeito municipal no período compreendido entre 1963 a 1964.

Suplente de Senador no período de 1974 a 1982, foi Deputado Federal por três legislaturas, de 1979 a 1991, quando participou de várias comissões, sua atuação sempre lúcida, coerente e operosa nos trabalhos da memorável Assembléia Nacional Constituinte tornou-se um dos políticos mais respeitado e admirado, em termos de Brasil.

Por tudo o que fez pelo Paraná - muito mais do que muitos paranaenses de nascimento, Euclides Girolamo Scalco merece, mais do que ninguém, o título de cidadão honorário, e, para isso, contamos desde já com a compreensão, apoio e aprovação da unanimidade dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N° 306/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA, com sede e foro à Rua Desembargador Westphalen, 1014, na cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA, pessoa jurídica de direito privado, foi fundada e instituída em 29 de setembro de 1988, e tem seus estatutos registrados às fls. 198 do livro n° 735 do 1° Tabelionato de Notas de Curitiba.

O Consultor de Empresa, PEDRO SIDÔNIO DE ARAUJO MURALHA, não desvinculava a mentalidade empresarial da poesia. "Poesia e organização podem salvar o mundo", dizia. "A poesia é criatividade e impulso, e em organização há uma necessidade de criatividade e de pesquisa não incompatível com a poesia".

"ESCREVER É PARTICIPAR, CALAR É SER CONIVENTE".

A família do escritor, representada por sua viúva, Dra. Helen Anne Butler Muralha, e por seus filhos Maria Beatriz Muralha de Souza e Mario Jorge d'Almeida Muralha, instituiu a Fundação sem finalidade lucrativa, com o objetivo de difundir a obra literária do escritor.

Além desse objetivo principal, são

também suas metas:

a) promover o incentivo e amparo ao desenvolvimento e difusão de atividades culturais, especialmente as de caráter literário;

b) promover o intercâmbio com entidades públicas e particulares;

c) conceder bolsas de estudo para o aperfeiçoamento artístico e cultural;

d) incentivar e dar apoio a movimentos ecológicos, além de prestar outros serviços à comunidade;

e) criar e manter bibliotecas infanto-juvenis, visando o desenvolvimento nas crianças do prazer da leitura, além de auxiliar na pesquisa escolar e no aprimoramento cultural.

Pelos relatórios de atividade que acompanham este projeto, vê-se que a FUNDAÇÃO SIDÔNIO MURALHA vem cumprindo com eficiência e brilhantismo todos os seus objetivos.

Enfim, não restam dúvidas que o presente projeto de lei preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, motivo pelo qual esperamos unânime aprovação desse douto Plenário.

PROJETO DE LEI N° 307/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE NOVA ORLEANS, com sede e foro na Rodovia do Café, Km. 4, Colônia Nova Orleans, Distrito de Campo Comprido, Município de Curitiba, Paraná.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

O CONSELHO COMUNITÁRIO DE NOVA ORLEANS é uma Instituição Civil, fundada em 03 de novembro de 1969, com seus estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e Documentos, 2° Ofício de Pessoas Jurídicas.

Estatutariamente, o CONSELHO tem caráter beneficente e educativo, desenvolve atividades, presta serviços de promoção social e cria recursos conforme a necessidade da comunidade, tudo com finalidades filantrópicas, culturais e de assistência social.

Segundo estabelece o art. 3°, capítulo III, § 2° de seus Estatutos, "os trabalhos prestados pelos membros da Diretoria, associados, benfeitores ou mantenedores são sempre gratuitos, ficando os mesmos sem direito a qualquer vantagem, benefício,

a ajuda de custo, comissão ou gratificação, seja qual, for a forma ou pretexto, não participando igualmente de lucros ou dividendos da Instituição".

Dessa forma, e principalmente considerando as atividades altamente meritórias do Conselho Comunitário de Nova Orleans no que diz respeito à filantropia, cultura e assistência social, esperamos que este projeto de lei receba unânime aprovação desse douto Plenário.

PROJETO DE LEI N° 308/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Paulo Frontin o imóvel transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, sob o n° 4.237, às fls. n° 58, do Livro 3-D, para uso da Administração Municipal.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem o cunho de autorizar o Poder Estadual a doar o imóvel transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet, sob o n° 58, do Livro 3-D, ao Município de Paulo Frontin, para uso da Administração Municipal.

O imóvel, objeto da presente proposta, foi doado para o Estado do Paraná, pela família de José Moraes, através de escritura pública lavrada em 15 de janeiro de 1951, com a finalidade de construir-se uma casa para instalação do motor de luz da localidade.

Hoje a cidade de Paulo Frontin é servida pelo sistema de eletrificação da COPEL, sendo que o Município de Paulo Frontin necessita do imóvel, urgentemente, para uso da Administração Municipal.

Sendo assim, solicitamos o apoio de todos os parlamentares com assento nesta Casa de Leis ao projeto de lei que apresentamos, que visa tão somente solucionar um problema emergencial do município de Paulo Frontin.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 038/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de ITAPERUÇU, desmem-

brando-o do município de Rio Branco do Sul.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

COM O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL:

Começa no Rio Ribeirinha na foz do Rio Taquaral; segue por este até a sua nascente de onde por linha seca e reta alcança a bifurcação das Estradas MN 009 com a Estrada MN 413 no alto do Rio Taquaral; deste ponto segue pela Estrada MN 413 que liga o alto do Taquaral com a localidade de Encantilado até a foz de um pequeno córrego ao lado da residência do Senhor Joaquim Martins Bueno à margem do Rio Açungui; deste ponto segue pelo Rio Açungui até a foz do Rio Barra Mansa, sobe pelo Rio Barra Mansa até sua nascente; deste ponto segue por linha seca e reta no sentido Oeste para Leste até alcançar a Estrada MN 008 que liga a localidade de Vuturuvu dos Bentos à localidade de Florestal; segue pela citada estrada até a bifurcação com a estrada MN 406 que liga Tacaniça dos Costas com a localidade de Vuturuvu dos Bentos; segue pela citada estrada até a ponte de concreto existente no Rio Tacaniça ao lado da residência do Senhor Antonio Costa Neto; segue pelo Rio Tacaniça abaixo até o "ponto de intercessão" da linha Norte para Sul; deste segue por linha seca e reta na direção Sul até a bifurcação da Estrada MN 201 que liga Itaperuçu com a localidade de Canelão e a Estrada MN 406 que liga a localidade de Cláudios com a localidade de Tacaniça dos Costas; deste ponto segue pela Estrada MN 201 no sentido indo para Itaperuçu até o "ponto de intercessão" com a linha Oeste para Leste; deste ponto em linha seca e reta no sentido Leste alcança o ponto culminante do Monte Mossunguê em linha reta e seca no sentido Sudoeste alcança o reservatório de água no Córrego do Canha segue pelo Córrego do Canha até a foz do Rio Tacaniça; sobe o Rio Tacaniça até a sua nascente de onde em linha reta e seca no sentido Norte - Sul alcança a Serra do Betara;

COM O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ:

Começa no ponto acima descrito na Serra do Betara; segue pela culminada da referida serra, divisa entre os municípios de Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré até a nascente do Rio Betara e por este até sua foz no Rio Capivara; deste ponto segue pelo Rio Capivara até sua foz Rio Açungui.

COM O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO:

Começa na foz do Rio Capivara no Rio Açungui, segue pelo Rio Açungui até a foz do Rio Pavão dos Silvas; sobe por este até sua nascente de onde em linha seca e reta alcança a nascente do Ribeirão Caíva, desce por este até sua confluência com o Rio Tapera; desce por este até sua foz no Rio Ribeirinha;

COM O MUNICÍPIO DE CASTRO:

Começa na foz do Rio Tapera no Rio Ribeirinha; segue por este até a foz do Rio Taquaral, ponto de partida.

Parágrafo Único - O perímetro urbano do Distrito Administrativo de ITAPERUÇU será o seguinte:

Inicia na Torre da EMBRATEL sobre o Morro Mossunguê; deste ponto seguiu por linha seca até o reservatório de água existente na margem esquerda da Avenida Industrial, sentido Rio Branco do Sul - Itaperuçu; daí seguiu pela Av. Industrial até a linha da Rede Ferroviária Federal S/A; daí continuou no mesmo sentido pela Rua Crispim Furquim de Siqueira até a planta do loteamento VILA SANTOS, na esquina da Rua n° 01, do referido loteamento; deste ponto seguiu à direita no sentido noroeste numa distância de 710,00 metros; daí seguiu à direita no sentido nordeste, numa distância de 4.105,00 metros e deste ponto seguiu à direita até o Morro Mossunguê, de onde iniciou.

Art 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta no presente, visa complementar a Resolução 65/90, no que concerne ao memorial descritivo da área.

Anexo do presente, a Lei Municipal n° 359 de 25 de julho de 1991, que cria o Distrito Administrativo de Itaperuçu e estabelece seus limites e confrontações.

Neste sentido, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados, pois a proposição ora apresentada, vem de encontro ao que a população definiu como Distrito Administrativo, através da lei acima citada.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 039/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o do município de Palmas;

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Começa na confluência do Rio Iguaçu com o Rio Butiá, seguindo pelo Rio Butiá até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do Rio Rancho Grande, segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopin, seguindo pelo Rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo Córrego Manchorra ou da Divisa,

até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do Lageado do Veado, desce por este até sua foz no Rio São Lourenço, desce por este até sua foz no Rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo Rio Iratim acompanhando os limites intermunicipais com Bituruna até a foz do Lageado da Escada, daí por uma reta alcança a cabeceira do Lageado do Saltinho ou Ribeirão Canela, desce por este até sua foz no Rio de Criciúma, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, segue pelo Rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida da confluência do Rio Butiá",

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução objetiva corrigir o memorial descritivo da área, visando atender aos limites sugeridos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão este responsável pela Divisão Administrativa do País.

Para tanto, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 040/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O artigo 1° da Resolução n° 046/90 fica alterado e passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O memorial descritivo dos limites e confrontações da área proposta para compor a superfície do município de Flor da Serra - criado pela Lei n° 9300, de 18 de junho de 1990 constante do art. 1° da Resolução n° 046/90, de 3 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Partindo da foz do Rio Arrozal, no Rio das Águas, segue a montante do Rio Arrozal, até encontrar a divisa dos lotes 06 e 07 da Gleba 31 Imóvel Flores e Conceição; Deste, segue por uma sanga que divide o lote 07 dos lotes 19, 18 e 17 da Gleba 31FC; deste, segue por linha seca, que divide os lotes 07, 08, 10 e 12 dos lotes 15 e 14 da Gleba 31FC; Deste, segue por uma estrada, que divide o lote 53 da Gleba 37FC dos lotes 61 e 53 da Gleba 31FC; Deste segue por linha seca, que divide o lote 53 da Gleba 37FC dos lotes 53 e 52 da Gleba 31FC; Deste, segue a jusante da sanga do Abreu, que divide os lotes 53 e 54 da Gleba 37FC dos lotes 51 e 50 da Gleba 31FC; Deste, segue por uma sanga, que divide o lote 54 do 57 da Gleba 37FC; segue por linha seca, que divide os lotes 56, 96 e 67 dos lotes 57, 58, 59, 80, 81, 82 e 66

da Gleba 37FC; deste, segue por um sanga, que divide o lote 67 do lote 66 da Gleba 37FC; deste segue pela sanga Fortunato, que divide os lotes 75, 70 e 68 dos lotes 66, 65 e 64, até encontrar o Rio Tamandua-zinho; Deste, segue a montante do referido rio, até encontrar a divisa dos lotes 74 e 65 do Polígono A da Fazenda Separação; Deste, segue por uma sanga, que divide os lotes 65 e 64 dos lotes 74 e 73 do Polígono A da Fazenda Separação; Deste, segue por linha seca, que divide o lote 64 do lote 73 do mesmo polígono, até encontrar a PR 182, que liga Salgado Filho à Flor da Serra; Deste, segue pela rodovia, no sentido Salgado Filho a Flor da Serra, até encontrar a divisa dos lotes 60 e 65A; Deste, segue por linha seca, que divide o lote 60 do lote 65A do polígono A da Fazenda Separação; Deste segue por uma sanga, que divide o lote 57 dos lotes 65A, 66 e 67 do mesmo polígono, até encontrar o Rio Tamandua; Deste, segue a jusante do referido rio até encontrar o Lajeado Gaúcha; Deste, segue a montante do referido Lajeado, que divide os lotes 86, 85 e 83 do Polígono C dos lotes 98, 100 e 102 do Polígono D da Fazenda Separação; Deste segue por linha seca, que divide os lotes 103, 104, 108, 111, 113, 84 e 82 dos lotes 102, 105, 106, 107, 112, 114, 79 e 81 todos do polígono D da Fazenda Separação, até encontrar o Rio Encantilhado; Deste, segue a jusante do referido rio, até encontrar a foz de uma Sanga na divisa dos lotes 81 e 61 do Polígono D da Fazenda Separação; Deste, segue a montante da referida sanga, que divide os lotes 62, 64, 66 e 68 dos lotes 61, 60, 59, 58 e 57 do Polígono D da Fazenda Separação; Deste, segue pela mesma sanga, que divide o lote 18 dos lotes 09, 17 e 33 da Gleba 14, Imóvel Nova Perseverança; deste, segue por linha seca, que divide os lotes 18 e 20 da Gleba 14NP dos lotes 44, 21 e 22 da Gleba 14NP e lote 115 da Gleba 13NP; deste, segue por linha seca, que divide o lote 72 da Gleba 11NP do lote 115 da Gleba 13NP, até encontrar o Rio Bonito; deste, segue a jusante do referido rio, até sua foz no Rio Marrecas; Deste, segue a montante do Rio Marrecas, até encontrar o Rio Verde; deste segue a montante do referido rio, até encontrar o Rio São Roque, que divide a Gleba 08NP da Gleba 05NP, até encontrar a divisa dos lotes 179 da Gleba 08NP e lote 72 da Gleba 05NP; Deste, segue por linha seca, que divide o lote 179 da 08NP dos lotes 72 e 73 da Gleba 05NP, até encontrar a divisa do Estado do Paraná com Santa Catarina; Deste, segue pelo divisor do estado no sentido oeste, até encontrar a divisa dos lotes 120 e 117 da Gleba 32 Imóvel Flores e Conceição; deste, segue por uma estrada, que divide o lote 120 dos

lotes 73 e 71 da Gleba 32FC; Deste, segue por linha seca, que divide os lotes 72 e 63 do lote 107 da Gleba 32FC; Deste, segue pela sanga Santo Angelo, que divide os lotes 62, 60, 61, 59, 58, 64, 56, 55, 45 e 26 dos lotes 107, 44, 42, 39, 40 e 23 da Gleba 32FC; Deste, segue por linha seca, que divide o lote 26 dos lotes 23 e 109 da Gleba 32FC, até encontrar uma estrada; deste, segue pela referida estrada, que divide o lote 25 do lote 109 da Gleba 32FC, até encontrar a sanga Tamandua; Deste, segue a jusante da referida sanga, que divide a Gleba 32FC da Gleba 33FC, até sua foz no rio das Águas; Deste, segue a jusante do referido rio, até encontrar a divisa dos lotes 04 e 01 da Gleba 33FC; Deste, segue por linha seca, que divide os lotes 04, 07, 56 e 34 dos lotes 01, 03, 43, 25, 53, 55 e 54 da Gleba 33FC; Deste segue por uma estrada, que divide o lote 34 da Gleba 33FC do lote 21 da Gleba 34FC, até encontrar a sanga Santa Emília; Deste, segue a montante da referida sanga que divide os lotes 34 e 73 da Gleba 33FC dos lotes 21 e 20 da Gleba 34FC; Deste, segue por linha seca, que divide o lote 19 dos lotes 20, 21 e 09 da Gleba 34FC, até encontrar o Rio São Bento; Deste, segue a jusante do referido rio, até sua foz no Rios das Águas; Deste, segue a jusante do referido rio, até encontrar a foz do Rio Arrozal, ponto inicial desta descrição.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Quando propusemos a Resolução n° 046/90, autorizando a realização de plebiscito para que a população decidisse sobre a criação do futuro município de Flor da Serra, apresentamos limites e confrontações de acordo com todos os municípios vizinhos a referida área territorial.

Aprovada a resolução, seguiu o processo para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que tem dificuldade para fechar a área estabelecida e, como consequência, não consegue estabelecer o número correto de habitantes previsto em lei para a criação de municípios.

Dessa maneira, a Comissão de Emancipação de Flor da Serra encaminhou um novo memorial descritivo, solicitando a apreciação desta Assembléia Legislativa, com o intuito de sanar a falha.

Para melhor compreensão desta Casa de Leis, está anexado ao presente projeto um mapa contendo claramente as novas divisas propostas.

Permanecem, no entanto, inalterados os propósitos iniciais de criar no Sudoeste do Estado um município rico e pujante que

muito irá contribuir com o Paraná.

Solicito apoio aos demais Pares no sentido da aprovação desta Resolução, com urgência, para não prejudicar a instalação do município no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores presentes.

Depois do nosso recesso Parlamentar queria aproveitar esses cinco minutos desse Pequeno Expediente para comentar nesta tribuna a nossa visão do que o povo está pensando sobre os políticos, sobre a Assembléia Legislativa, sobre a política num todo a partir da nossa caminhada, da nossa peregrinação pelos municípios do Estado do Paraná neste recesso parlamentar.

Estivemos visitando, uma experiência muito interessante para o Paraná, no município de Laranjeiras do Sul, onde um assentamento em torno de cem famílias de agricultores assentados comemoram cinco anos de conquista da terra, de conquista do seu direito à sobrevivência e a prova de que a reforma agrária é viável neste País e neste Estado e não é assunto de polícia, como se costuma tratar e dizer quando se trata de reforma agrária no nosso País.

Reunimo-nos em Chapecó, Santa Catarina, com a Bancada dos Deputados Estaduais e Federais do Partido dos Trabalhadores ligados aos problemas do campo, ligados à questão agrícola e agrária do País, onde chegamos à conclusão de que o pequeno produtor rural no nosso País não vem tendo um tratamento adequado para a sua sobrevivência e a viabilidade da pequena propriedade no campo. Estivemos em companhia do Deputado Federal, Pedro Tonelli, Vice-Líder do nosso Partido no Congresso Nacional, na Câmara Federal, visitando além desses municípios, os municípios de Vere, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Marmeleiro, Ampére, Planalto, Santa Izabel do Oeste, Dois Vizinhos, entre outros, e juntos constatamos que a nossa permanência nos municípios, alguns por um dia, alguns municípios por mais de um dia, visitando as comunidades do campo através de reuniões, contatos, conversas, visitas, debates, entrevistas pelas emissoras, a importância de o povo, de os eleitores ter de volta lá nas bibocas do Estado, dos municípios, que estiveram pedindo voto e voltando lá para prestar conta do seu trabalho como Parlamentar nesse Estado; contar para a sociedade o que acontece, o que aconteceu no

primeiro semestre neste Legislativo, a vida Política da Assembléia Legislativa, do governo do Estado, da nossa atuação neste Parlamento. O objetivo deste trabalho, desta nossa peregrinação, como vários outros Deputados devem ter feito, é de resgatar a imagem do Político que o nosso povo reclama e com razão que só aparece nas comunidades, só aparece para reunir-se com os eleitores em momentos eleitorais, e assim tanto é que nesses municípios citados eram quatro, cinco, dez reuniões por dia que nós realizávamos para discutir os problemas do Paraná. Que conclusões chegamos depois desse trabalho? A população do Paraná está sem esperança. Uma das últimas coisas que o frustrado Governo Collor tentou, ou deixou ao povo do nosso País e porque não do Paraná, a frustração daquela esperança que se tinha de uma mudança radical da qualidade de vida do povo do nosso País. A agricultura está morrendo, o pequeno agricultor está se acabando rapidamente em função da frustrada safra passada e que os efeitos da seca deixaram os agricultores no desespero, e percebe-se que as promessas e as falácias por parte do Governo Federal como do Governo do Estado não passaram até o momento de programas, de propostas, mas que na prática praticamente nada se conseguiu viabilizar. Muitos pequenos e microempresários, comerciantes, empresários, pararam para conversar conosco, muitos empresários que até então viam no PT um inimigo, após essa nossa conversa e constatações percebe-se que se tem saudades do programa que o Partido dos Trabalhadores apresentava para o País quando da candidatura de Lula para Presidente da República. Entre outras coisas percebemos a grande receptividade com que o povo do Paraná, empresários, trabalhadores, micro e pequenos empresários, comerciantes recebem nós parlamentares do PT para conversarmos sobre os problemas neste momento.

Entendemos muito interessante, muito importante e salutar que todos os Parlamentares façam isso, não ir apenas à sede dos municípios para conversar com as cúpulas políticas da cidade, mas ir lá para conversar com a comunidade, com a população, conversar com os seus trabalhadores.

Era isso e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

(Declina).

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Durante o recesso Parlamentar dessa

Casa deixou o nosso convívio o ex-Deputado Gabriel Manoel. Aqueles que o conheceram, que tiveram a felicidade de conviver com ele nessa Casa puderam aquilatar o seu elevado espírito público, seu amor às causas populares e a defesa intransigente que fazia principalmente de sua região o norte pioneiro que ele representou tão bem nesta Casa durante vinte anos. Os Anais da Assembleia Legislativa do Estado estão recheados da atuação desse Parlamentar, homem inteligente, homem profundamente paranista na defesa de suas causas. Era um Deputado que honrava sobremaneira o Poder Legislativo do Estado. Não podemos dizer outras coisas agora, senão desejar que ele encontre o sossego, e a paz junto ao Senhor, que ele bem o merece pela trajetória brilhante que teve nesta Casa. Também como Chefe de família foi um chefe de família exemplar, criando seus filhos com o mais absoluto respeito, a religião, a ordem e a lei. Gabriel Manoel honrou sobremaneira o Poder Legislativo do Paraná, razão pela qual Senhor Presidente eu ocupo a tribuna na tarde de hoje para render-lhe uma homenagem, uma homenagem póstuma, homenagem daqueles que conviveram com o ex-Deputado nesta Casa, que puderam sentir de perto o seu espírito público, sentir de perto a sua combatividade, sentir de perto o seu amor, repito, às causas paranistas.

Muitas conquistas que o Norte pioneiro teve, nos diversos governos desses últimos vinte anos, deve-se ao trabalho incansável do Deputado Gabriel Manoel. A própria Rodovia Parigot de Souza, que hoje é o pulmão que liga a capital ao Norte Pioneiro, teve muito a dever à atuação de Gabriel Manoel, que não descansava uma semana sequer, todas as semanas ele ocupava a tribuna do Poder Legislativo para reclamar das autoridades, para reclamar do governador da época o asfaltamento da Rodovia Parigot de Souza; a própria denominação de Parigot de Souza foi projeto de lei de autoria de Gabriel Manoel, porque foi no governo Parigot de Souza que aquela estrada teve o impulso final que levou e está levando até hoje o progresso à região pioneira do Estado.

Então, nessa singela homenagem que prestamos, nós só queremos deixar consignado nos Anais da Casa a nossa imensa saudade, a nossa imensurável saudade que sentimos de um Deputado que foi um exemplo para todos nós na sua atuação no Poder Legislativo do Estado. Que Deus recolha a sua alma para o descanso eterno!

Era isso que tínhamos a dizer, Senhor Presidente.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa Executiva soma-se à homenagem prestada

pelo Deputado Erondy Silvério ao ex-Deputado desta Casa.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Heinz Herwig. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia 13 de maio do corrente a Banca do Partido dos Trabalhadores apresentou um requerimento, aprovado por esta Casa, no qual solicitamos ao Governador do Estado do Paraná, em especial da Secretaria de Comunicação Social, que fornecesse informações sobre os contratos firmados entre a Administração Pública do Estado do Paraná e agências de propagandas que fazem a propaganda do Governo do Estado do Paraná.

Desde o dia 13 de maio, portanto, deste ano, passados mais de dois meses, até o presente momento, não obtivemos resposta sobre o nosso requerimento. E o que é pior, essa constatação nós fazemos exatamente neste momento em que o Governo do Estado do Paraná, através do seu Governador, está empenhado numa luta, numa cruzada de denúncias sobre irregularidades e sobre corrupção praticada por um outro órgão público deste País.

Domingo último os jornais do Paraná inteiro, também jornais do nosso País, publicaram uma nota do nosso Governador do Estado onde diziam, entre outras coisas que os governos deveriam publicar, que todos os preços de obras públicas em serviços cobrados ou contratados pelos governos, sejam colocados à disposição da imprensa nacional, que poderia divulgar um cadastro comparativo. Diz mais: "Tais medidas objetivas são mais importantes para o resgate da decência e da credibilidade dos homens públicos; e todos aqueles que tiverem conhecimento de um crime contra a Administração e a Fazenda Pública e deixarem de denunciá-lo, será cúmplice por omissão. A forma mais perversa de covardia e de traição aos interesses nacionais."

Vejam, Senhores Deputados, palavras do Governador Roberto Requião publicamente que a partir de agora deveremos adotar uma postura intransigente em defesa dos interesses públicos, e em especial uma atitude intransigente, em defesa da licitude do

trato da coisa de todos nós.

E é exatamente neste momento, que nós infelizmente, da Bancada do Partido dos Trabalhadores somos compelidos a requerer ao Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que determine a imediata instauração de processo judicial para a apuração de crime de responsabilidade contra o Secretário de Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná, por sonegação de informações requeridas e aprovadas por esta Casa, não é possível neste momento em que o Governador Roberto Requião conclama os governantes desse País a publicarem pela imprensa, informações sobre contratos firmados entre administração pública e empresas particulares, o Secretário de Comunicação Social do Estado do Paraná sequer se digna responder a esta Casa pedidos de informações oficiais feitos e aprovados desde o dia 13 de maio último.

Lembramos também, à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná que, o não fornecimento dessas informações no prazo de trinta dias implica em crime de responsabilidade, segundo o artigo 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Então é de lamentar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável verificar que as palavras aqui escritas, aparentemente, não têm sido acompanhadas do correspondente empenho na prática, ou seja, as palavras aqui publicadas não refletem a coerência das atitudes desse governo, que ao mesmo tempo em que cobra informações, cobra apuração, sobre denúncias feitas contra o Presidente Nacional do PMDB, se nega a fornecer a este Poder, informações básicas e elementares sobre o contrato de publicidade firmadas por seu governo; e convenhamos, Senhor Presidente, nós somos escravos da Lei e temos que cumpri-la.

A Constituição do Estado do Paraná é clara. O Secretário ao não prestar as informações solicitadas por esta Casa espontaneamente em 48 horas e, após tendo sido oficiado pela Mesa da Assembléia Legislativa para fornecer essas informações, no prazo e trinta dias, e não o fazendo, incorre em crime de responsabilidade.

Portanto, entendemos nós já, que o crime lamentavelmente já está consumado; e pedimos pelo menos, então, que esta Casa preserve o respeito à Constituição, preserve o respeito à moralidade pública, preserve os princípios da transparência, os princípios da publicidade que devem nortear toda a administração pública do nosso País.

O Sr. Florisvaldo Fier - Um aparte.
(Assentimento).

Em nome inclusive da Bancada do Parti-

do dos Trabalhadores que V.Exa. faz parte, nós gostaríamos de sugerir ao Governador Roberto Requião que ele faça o disque-Álvaro, porque vai ser um torneio difícil entre o que cometeu de irregularidade o ex-governador Orestes Quércia, atual Presidente do PMDB e o que cometeu de irregularidade o ex-governador Álvaro Dias. Seria também importante isso, porque é necessário verificar as falcaturas e as denúncias de corrupção do ex-governador que é conhecido de todos através da imprensa. É a sugestão que nós fazemos também. Disque Álvaro Dias.

Se o Governador não o fizer, nós do Partido dos Trabalhadores, estamos à disposição para receber esses telefonemas e essas denúncias.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de V.Exa., lembrando já a falta de empenho e interesse em fazer com que de fato funcionem as Comissões Parlamentares de Inquérito já aprovadas por esta Casa.

Então é nesse sentido que nós da Bancada do PT entregamos esse requerimento à Mesa hoje por escrito e solicitamos à Presidência desta Casa que determine enérgicas providências já requeridas para apuração do crime de responsabilidade que ora denunciemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná, durante longos anos, viveu o sonho dourado de ser o celeiro do Brasil. Tal ilusão em nada favoreceu a busca de alterações na estrutura de nossa economia para enfrentar o "imperialismo" econômico de estados mais desenvolvidos.

No entanto, nos últimos anos, a elite intelectual paranaense vem tecendo críticas a esta situação, interpretadas, às vezes, como manifestações que não ficam bem ao decoro dos políticos do nosso Estado. Por outro lado, ressaltadas honrosas exceções, sempre procuramos encarar os problemas do Paraná apenas dentro de nossos limites territoriais, procurando resolver sozinhos as nossas dificuldades, como se o nosso Estado fosse uma ilha no contexto nacional.

Enquanto assim procedíamos, Estados de outras Regiões, mais ágeis, mais atrevidos e politicamente mais organizados, uniam-se

e conseguiam levar para si as partes maiores das verbas da União. Nós víamos os recursos evadirem-se daqui. Os nossos protestos ainda não surtiram todo o efeito pretendido porque teimosamente continuamos a agir de forma isolada. Falta mais contundência, maior união.

A liquidação extrajudicial do BRDE, em 07/03/89, foi um marco importante nessa busca de novos caminhos. Finalmente, começou-se a formar uma consciência de regionalidade, que cresceu a ponto de unir os três Governadores do Sul num objetivo comum: buscar manter o BRDE como órgão de planejamento e aplicação de recursos para o desenvolvimento da União no capital do Banco, por outro lado, visa à busca da isonomia de tratamento da União com as diversas regiões do País.

A Resolução n° 447 do CODESUL, de 12/06/91, é a materialização dessa vontade política dos Executivos dos três Estados, em mais uma tentativa de unir-se para equacionarem problemas que transcendem fronteiras estaduais e dizem respeito à Região Sul como um todo.

A participação da União no BRDE não interessa apenas aos Estados; ela também traz vantagens à União que, sem participar do capital de uma instituição de porte tão grande e cumpre os artigos 43 e 192 da Constituição Federal, ou seja, a regionalização do desenvolvimento.

Este recente exemplo de união dos três Governadores do Sul pode ser o começo de uma história no relacionamento dos nossos Estados com a União no que tange à distribuição de verbas. A disparidade é tão gritante que custa-nos até entender. Os números são mais expressivos que as palavras. Basta analisar o orçamento da União para 1991, para ver que o Paraná e a Região Sul ficaram prejudicados. Se não, vejamos alguns exemplos: As verbas para investimentos: enquanto a Bahia destina-se Cr\$ 235,84 bilhões e a Alagoas Cr\$ 60,53 bilhões, ao Paraná, Cr\$ 24,82 bilhões; isto vale dizer que para cada baiano serão destinados Cr\$ 18.66 mil, a cada alagoano, Cr\$ 21,44 mil, enquanto cada paranaense terá direito a míseros Cr\$ 2,7 mil.

E dizer que o Paraná não precisa de investimentos é, no mínimo, negar-lhe o direito de buscar um avanço na estrutura de sua economia, que precisa incorporar novas tecnologias, precisa verticalizar-se.

A situação não apresenta melhor quadro, se analisarmos os dados por Região:

Nordeste	:	Cr\$ 785,5 bilhões;
Sudeste	:	Cr\$ 317,0 bilhões;
Norte	:	Cr\$ 304,5 bilhões;
Centro Oeste	:	Cr\$ 292,0 bilhões;
Sul	:	Cr\$ 92,0 bilhões;

Evidente, essa distribuição não é gra-

tuíta, mas fruto de todo um trabalho político desenvolvido, onde se sobressai a união de forças políticas regionais. O Sul precisa unir-se em torno de seus objetivos, não há mais lugar para ações isoladas; o mundo inteiro vem provando isso; o espaço que nós não ocuparmos, alguém ocupará, os recursos que nós não buscarmos alguém buscará e tirará de nós.

Por isso, grande sentido faz essa série de ações que buscam unir todo o Sul em torno da preservação do Banco Regional. O BRDE transcende os limites estaduais para se transformar efetivamente no elo de União dos três Estados no seu diálogo com o Governo Central. Ele irá buscar os recursos e aplicá-los no desenvolvimento do Sul. O Paraná certamente não se nega a dividir os seus recursos com aqueles que deles precisam; no entanto, não podemos continuar sendo o primo pobre que vai mendigar uma fatia do pão que ele mesmo ajudou a amassar.

É necessário, portanto, unirmo-nos em torno de uma instituição que pode ajudar-nos a mudar esse panorama. O BRDE já provou que sabe e pode fazer isso. De outro modo, onde estaria os mais de US\$ 9,0 bilhões de dólares, que ele aplicou na Região Sul, em seus quase 30 anos de existência? E poderiam ter sido muito mais, se mais lhe tivéssemos exigido, em especial nestes últimos dois anos, em que, incompreensivelmente, indefinições políticas deixaram toda essa estrutura parada: um Banco de Desenvolvimento, saneado, com um patrimônio líquido potencial de Cr\$ 79,00 bilhões, capaz de aplicar Cr\$ 1,2 trilhão, parado. Dá para acreditar? Não se pode esquecer que, desse Cr\$ 1,2 trilhão, o BRDE pode aplicar Cr\$ 400,0 bilhões só no Paraná. É um número bem expressivo, principalmente se considerarmos que aos bancos privados não interessam investimentos de risco e longo prazo - que são características do desenvolvimento - e as instituições oficiais estão com sua capacidade de investir quase totalmente tomada. Então, ou o Paraná mantém o BRDE ou ver-se-á, por muito tempo, sem condições concretas de pleitear recursos para investimentos.

A luta é de todos. A decisão e implantação, porém, não dependem apenas de nós. É por isso que subo hoje a esta tribuna. Quero pedir a esta Casa que dê o seu referendo ao requerimento de minha autoria, solicitando o envio de ofício a todas as autoridades a quem está afeta a vida futura do BRDE. A intenção é de alertar para a importância do Banco.

Este Banco que todos nós sabemos e já aprendemos a ver pelo trabalho que realizou aqui, a importância no contexto do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

nós temos de ajudar a acabar com esta situação anômala. Vamos nos unir àqueles que acreditam que o BRDE é imprescindível para a Região. Vamos batalhar para que ele volte a fazer aquilo para que foi criado: o Desenvolvimento. Vamos desempenhar com seriedade o papel para que a sociedade nos elegeu. A nós cabe analisar e tentar influir para que as decisões a serem tomadas não favoreçam a grupos ou pessoas individualmente. O BRDE, hoje não é mais um pedido, é uma necessidade e uma exigência do Paraná e da Região Sul.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, o Sr. Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no dia de hoje para fazer uma manifestação de repúdio ao Sr. Governador do Estado e ao seu Chefe da Casa Civil. E coloco neste momento a minha posição, como uma posição pessoal, de forma alguma colocando a minha postura como homem que ocupa um cargo na Mesa e de forma especial, colocando este Poder em conflito com o poder Executivo.

Ocupo a tribuna para protestar contra o autoritarismo do Sr. Governador, que desonrou a palavra empenhada pelo seu irmão, Maurício Requião de Mello e Silva, Diretor-Superintendente da FUNDEPAR e pela falta de conhecimento de causa do seu Chefe da Casa Civil, ao fazer levianas declarações ao jornal "Correio do Sudoeste".

Assim sendo, estamos solicitando dos Srs. Deputados, especial atenção para os tópicos que, de imediato, passamos a abordar.

O primeiro deles diz respeito à liberação de várias obras dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Renascença, Pranchita, Dois Vizinhos, todos eles ligados à região Sudoeste do Paraná, obras essas ligadas ao setor de educação.

No dia 13 de junho próximo passado, estivemos na sede da FUNDEPAR para um contato pessoal com o Sr. Maurício Requião de Mello e Silva. Nesta ocasião, tivemos a oportunidade de expor ao Sr. Superintendente algumas das reivindicações mais urgentes dos municípios acima mencionados, sendo que a maioria delas em reforço a ofícios que anteriormente lhe havíamos encaminhado.

Saíamos da sede da FUNDEPAR, certos do dever cumprido como parlamentar comprometido com a região que nos elegeu, para vir aqui fazer a defesa dessa mesma região. Recebemos a palavra do Sr. Maurício Requião de que as referidas obras seriam liberadas pelo Governo do Estado. Mais do

que isso, durante todo o tempo que estivemos no gabinete do Secretário, esteve presente em nossa companhia Sr. Roberto Campana, homem responsável pela região Sudoeste do Paraná concernente às obras e projetos que tramitam naquela Superintendência, sendo que o mesmo, por autorização verbal e expressa do Sr. Superintendente, formulada diante de nós, assinou um documento no qual as obras reivindicadas por nossa solicitação. O referido documento está à disposição dos interessados a qualquer momento.

Diz o documento: "Srs. Deputados, pelo presente informamos a Vossas Senhorias que estamos liberando por sua solicitação as seguintes obras." Cita no bojo deste documento as obras. E no final, é assinada por procuração pelo Sr. Roberto Campana.

(Lê): "Dentro da postura de equilíbrio e ponderação a que nos propomos, uma vez na região, chegamos inclusive a tecer comentários elogiosos à atuação do Governo do Estado na pessoa do Sr. Maurício Requião, o qual, sob nosso ponto de vista, havia exercido sua função de homem público com elegância e seriedade na medida em que teria agido de forma a proporcionar às coletividades envolvidas benefícios de grande envergadura, indo de encontro aos nossos propósitos.

Pois bem, vários dias se passaram até a data em que o Governo do Estado instalou-se no município de Barracão. Nesta ocasião, o Sr. Roberto Requião, cedendo aos interesses de sua ambição de firmar-se no poder através do prestígio eleitoral, sem pensar nos interesses das coletividades envolvidas, simplesmente desonrou a palavra encaminhada pelo Sr. Superintendente da FUNDEPAR, e descaradamente negou a validade do documento assinado, que comprova os fatos que estamos expondo, além de ter feito afirmações inverídicas a respeito de nossa conduta nesta Assembléia Legislativa do Paraná.

O que fica claro, caso o Sr. Governador do Estado persista em agir desta forma, é a certeza de que seus compromettimentos perante esta Casa de Leis não são dignos de confiança e que a palavra empenhada por seus auxiliares diretos de nada valem, vulgarizando a palavra do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, o Sr. Governador deixou transparecer seu conhecido estilo autoritário e autocrático de governar.

É preciso deixar claro que o Sr. Governador deve respeito e satisfações aos membros deste Poder Legislativo, para também poder ser digno de semelhante tratamento. É preciso deixar claro que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado deve honrar o cargo que ocupa por outorga popular, e que não está lidando com pessoas que estão exercendo papel meramente deco-

rativo na estrutura do Poder do Estado. É preciso que o Sr. Governador entenda que os atos praticados por seus auxiliares diretos são seus também, e que a palavra por eles empenhada implica no empenho de sua própria palavra. É preciso que o Sr. Governador entenda que não vivemos mais no tempo em que o autoritarismo desgraçadamente imperava neste País e que os tempos são outros, sendo este tipo de atitude altamente reprovável.

Não podemos deixar de expressar nossa indignação diante deste lamentável fato, o qual faz desmoronar a imagem que o Sr. Governador está tentando projetar de homem digno e de índole democrática, ao exibir a sua pasta retirada da Delegacia de Ordem Social - DOPS.

Ora, se o Sr. Governador pretende afirmar esta imagem, deve, necessariamente, praticar atos coerentes entre si e não dar com uma mão e tirar com a outra.

O outro assunto que nos leva a repudiar neste momento a atitude do Chefe da Casa Civil que realmente demonstra a incoerência e a desarticulação reinante no Governo Estadual diz respeito às declarações feitas pelo Sr. Caíto Quintana em Barracão, de acordo com o publicado no jornal Correio do Sudoeste, no dia 28 de julho próximo-passado.

O Chefe da Casa Civil do Governo Roberto Requião, assumindo a postura de paladino da verdade, tal qual um dos principais cavaleiros que acompanhavam Carlos Magno na guerra, fez um alerta à população de Dois Vizinhos, a respeito da instalação do Núcleo Regional de Ensino naquele município e declarou: "Não podemos permitir que pessoas falem indevidamente que estão conseguindo ou conquistando um núcleo de ensino, pois é do conhecimento do Governo do Paraná que alguns parlamentares, que nunca trataram do assunto na área do Governo, tenham anunciado a conquista de um núcleo para Dois Vizinhos".

Na realidade, quem parece nunca ter tratado do assunto é o próprio Chefe da Casa Civil, Deputado do PMDB mais votado daquele município, o qual, desde o momento que assumiu seu posto, tem demonstrado uma completa ausência de tino político e de conhecimento do que está acontecendo, tendo por isso merecido severas críticas por parte daqueles que tentam encontrá-lo e que acabam por tomar um literal "chá de cadeira". Prova do que estamos afirmando pode ser obtida desde já, através da análise dos documentos que encaminhamos ao Governo do Estado, no sentido de viabilizar o referido Núcleo Regional. Ao que parece, infelizmente, para nós, paranaenses, o nosso paladino parece estar mais interessado em auto-promover-se e quem sabe manter seu cargo junto ao rei o qual, ao

que tudo indica, está um tanto quanto desgostoso com seu fiel cavaleiro.

Assim sendo, aproveitamos a oportunidade para comunicar ao Sr. Caíto Quintana que se tiver o bom senso de comunicar-se com o Sr. Elias Abrahão, Secretário da Educação desse Estado, se é que ainda não sabe, constatará que por solicitação a nós encaminhada pelos Diretores das Escolas Estaduais de Dois Vizinhos em 19 de março do corrente ano, lhe encaminhamos ofício no qual solicitamos maiores esclarecimentos acerca da possibilidade de criação de novos núcleos regionais, o qual está protocolado junto à Secretaria em questão sob número 954.164-0. Como resposta, obtivemos da Secretaria da Educação o Ofício n° 1210/91.

Outrossim, não satisfeitos com as respostas obtidas, encaminhamos ao Plenário desta Assembléia Legislativa, requerimento que foi aprovado no dia 28 de maio, através do qual solicitamos a criação de um Núcleo Regional de Educação em Dois Vizinhos. Em resposta, após haver passado pelas mãos do Sr. Mauro Rocha, Diretor Geral da Casa Civil, entre outros, fomos informados de que se achavam em fase final os estudos que viabilizariam a instalação do Núcleo, sendo exatamente esta a comunicação que fizemos às autoridades constituídas de Dois Vizinhos.

Assim sendo, se existe alguém desinformado acerca do problema em questão é o Sr. Caíto Quintana, que ao fazer levianas afirmações esqueceu-se inclusive de antes consultar seu Diretor Geral, Sr. Mauro Rocha, pelas mãos do qual passou o processo acima descrito.

Para finalizar, lamentamos profundamente que as comunidades envolvidas tenham sido as grandes prejudicadas pelos procedimentos pouco éticos do Sr. Governador e do seu Chefe da Casa Civil, muito embora acreditemos que o bom senso prevalecerá e a palavra empenhada pelo Governo do Estado será cumprida, restabelecendo o bom relacionamento que sempre procuramos ter com o Poder Executivo Estadual, para que juntos, respeitadas nossas posições políticas e partidárias, possamos empunhar a bandeira do Paraná."

Muito obrigado.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, concedemos a palavra ao PMDB.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sejam nossas primeiras palavras de alegria e de satisfação pelo retorno a es-

te Parlamento, de todos os nossos companheiros, no momento em que reiniciamos as atividades relativas ao segundo semestre deste período legislativo.

Queríamos, também, colher da oportunidade, Senhor Presidente, para saudar o nosso amigo particular Deputado desta Casa, Hermas Brandão, bem como o Deputado Heinz Herwig pelas elevadas funções que assumiram no dia de ontem, à frente da agremiação partidária a qual pertencem, PSDB. O Deputado Hermas Brandão, escolhido que foi para ser o Presidente Estadual daquele Partido e o Deputado Heinz Herwig para ser o Tesoureiro daquela Agremiação. Isto, além de engrandecer este Parlamento dá a certeza de que o PSDB, no Paraná, caminhará com passos certos, dado o posicionamento sempre firme e dedicado destes companheiros, que evidentemente se somarão aos demais que integram, não só o Executivo, mas também o Diretório Estadual.

Dizer, também, que lamentamos as ponderações do Deputado Ernani Pudell, bem como as do Deputado Florisvaldo Fier, quando se posicionam contrariamente à instalação, à existência daquilo que se intitulou "Disque Quércia", porque pessoas do Partido dos Trabalhadores da mais alta consideração deste País têm-se manifestado, não só nos jornais do Paraná, mas nos jornais de circulação nacional, posicionando-se a favor e até se dispondo a contribuir com tal iniciativa.

O Deputado Guschingam, se é esse o nome, já que é meio difícil de pronunciar, se manifestou no último final de semana, favoravelmente. E se colocou à disposição, para que aquele esquema pudesse ser levado adiante, como vem sendo até o presente momento...

O Dr. Rosinha - Um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... E nós, de nossa parte, também nos congratulamos com a disposição da Bancada do PT em adotar um comportamento filantropo, se é assim que se pronuncia, em instalar em seu gabinete um "Disque Álvaro Dias".

Eu acho que V.Exas. têm todo o direito de agir da maneira que pensam seja o mais correto. Mas, eu queria lamentar esta dissonância que existe na Bancada do PT a nível de Brasil, quando alguns dos mais ilustres companheiros se posicionam a favor e V.Exas. aqui na tribuna da Assembléia vêm justamente contrariar aquilo que o PT vem pregando. Como foi recentemente quando uma pesquisa apontava que perto de 70% dos militantes, dos filiados ao PT aprovavam o Governo Roberto Requião, aqui na Assembléia Legislativa 100% dos representantes do PT se posicionavam contrários.

Então, é difícil, realmente de se entender a Bancada do PT. É difícil de se entender o comportamento dos Deputados que têm assento nesta Casa, porque sistematicamente eles vêm se posicionando não contra o Governo Requião, mas contra as diretrizes e doutrinas partidárias que vêm sendo defendidas pelos mais ilustres petistas deste País.

O Dr. Rosinha - Um aparte, Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Logo a seguir.

Com relação, ainda, às manifestações ocorridas no Plenário, nós queremos também não concordar com as afirmações feitas pelo Deputado Ademar Traiano, com relação ao nosso Governador, com relação ao nosso Governo. Nós todos somos sabedores de que existem dificuldades de ação política na região sudoeste, principalmente na região fronteira, em decorrência da disputa eleitoral, não de agora, talvez de mais anteriormente entre o Deputado Traiano e o Deputado Caíto. Então nós temos que relevar muitas das argumentações que o Deputado faz, em especial aquelas que diz respeito ao Governo, quando diz que o Governo está desarticulado, quando diz que o Governo não sabe o que pretende, porque o Requião, nosso Governador tem se posicionado com muita clareza acerca das diretrizes de seu Governo. O Governador chegou e estabeleceu uma diretriz de Governo em que ia atender, prioritariamente, alguns segmentos e isso é do conhecimento de todos nós; o segmento da habitação, e ele tem atendido; o segmento do Paraná Rural, e tem atendido na formação de novas microbacias, na liberação de recursos dentro dos programas da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento. Com relação ao programa estadual de desenvolvimento urbano centenas de municípios já estão assinando os convênios, muitos já estão recebendo os recursos.

Então o Governador tem clareza nas suas propostas e na direção do Governo e eu tenho certeza, Deputado Traiano que não haverá, de forma alguma, nenhum tipo de retaliação, nenhum tipo de discriminação, que a palavra será mantida, aquilo que foi assegurado em termos de obras, no setor educacional, para a região Sudoeste, para a região de fronteira do Estado do Paraná, será assegurado, porque o Governador tem dado exemplos de que não quer ter um Governo discricionário, de que não quer ter um Governo onde venha prejudicar os seus adversários de campanha política. Nós temos um exemplo, o Prefeito Belinati assinou um convênio de milhões de cruzeiros, e foi adversário do Governador Roberto Requião; o Prefeito Álvaro Neumann esteve recentemente no Palácio, foi recebido pelo

Governador, da mesma forma que foram recebidos os Prefeitos Vosgrau, de Ponta Grossa, e Ricardo Barros, de Maringá, que estiveram em Palácio, evidentemente para convidar S.Exa. para convidar o Governador para a visita do Presidente Collor às suas respectivas municipalidades, e também aproveitaram a ocasião para discutir assuntos de interesse administrativo das suas comunidades. Por esta razão eu não entendo como sendo uma atitude de reprimenda porque não merece V.Exa. nenhuma reprimenda pela ação política que tem desenvolvido nesta Assembléia. São entraves burocráticos, é talvez a demora normal na tramitação dessas reivindicações. Porque nós próprios temos municípios da nossa região que encaminharam suas reivindicações mas que por força de documento de tramitação até hoje não puderam receber os seus recursos, mas receberão a exemplo do que deverá ocorrer com os municípios mencionados por V.Exa. porque o Governador em determinação nas suas ações e uma das coisas que ele tem pregado é a não discriminação da gestão pública, da gestão administrativa do seu Governo com relação a todos os municípios do Paraná, independente se o Prefeito é do PMDB, do PFL ou do PRN, independente se esta municipalidade o apoiou ou não nas últimas eleições.

Concedo o aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano - Nobre Deputado Orlando Pessuti. Quero deixar claro a minha posição, de forma especial o tratamento que esta Liderança tem dado à nossa pessoa, nesta Casa de Leis. Agora, devo discordar de que realmente nós temos as divergências políticas, na região, mas tenho procurado me portar aqui, como Deputado e como 2º Secretário desta Casa, dentro de uma linha que possa realmente manter um bom relacionamento entre os Poderes, de forma especial. Não foi o que aconteceu com o Governador, na minha região, durante a interiorização do Governo. Deveria ter agido como magistrado, não agiu, porque ao fazer afirmações a amigos, companheiros de minha cidade, dizendo que este documento não passava de uma mentira do Deputado Traiano para a região, não é, de maneira nenhuma, razão para que eu ficasse calado, nesse instante.

Pautei a minha vida pública com honradez. Cheguei aqui, na Assembléia Legislativa do Estado, galgando todos os degraus possíveis. Graças a Deus os meus compromissos sempre foram honrados com aqueles que acreditaram na minha proposta. Por isso não posso concordar, de forma alguma, nesse instante com as vossas afirmações, em razão de que não agiu o Governador como Magistrado. Da forma leviana como age na

imprensa, fazendo acusações infundadas a todo e qualquer cidadão desse Estado, quando deveria ser o grande timoneiro a carregar a bandeira deste Paraná, unindo as Lideranças em busca de recursos para esse Estado, não o faz. Como age levianamente atacando a todos, da mesma forma agiu com relação a nossa pessoa e a nossa região. Portanto, não posso concordar Deputado Pessuti, concordo sim com a forma como Vossa Excelência age neste Parlamento, homem que busca o entendimento, homem que com certeza tem a amizade de todos os Parlamentares que aqui estão; mas não foi assim que procedeu e agiu o Governador lá na minha região.

O Sr. Dr. Rosinha - Um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 30 segundos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, agradeço aos 30 segundos que Vossa Excelência me concede, evidentemente nós não conhecemos o inteiro teor das declarações manifestadas pelo Governador quando de sua ida a Barracão, não nos foi possível lá comparecer naquela ocasião. Mas eu quero reafirmar aqui que tenho certeza de que os compromissos que tem anunciado o Governador com relação as obras na área da educação, na área habitacional, serão todos cumpridos, inclusive nos municípios mencionados pelo Deputado Traiano. E não concordo, evidentemente quando ele afirma que o Governador teria se pronunciado seguidamente, cotidianamente, diariamente de forma leviana acerca dos assuntos do Paraná e sobre pessoas do Paraná, eu de minha parte pelo menos até hoje não pude verificar nenhuma dessas levandades.

Senhor Presidente, eu agradeço a atenção.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Só registrar nos Anais da Assembléia o meu protesto por ter solicitado aparte antes e não ter sido concedido pelo Deputado Orlando Pessuti. Ele fez uso da tribuna, eu solicitei pela ordem em primeiro, solicitei o aparte e não me foi concedido, e isto vem demonstrar a sua pouca postura democrática, uma vez que nós queríamos esclarecê-lo da nossa posição, de que não é a mesma de que ele assumiu da tribuna. Mas aproveitamos para esclarecer o que nós cobramos da tribuna foi a coerência do Senhor Governador ao criar o disque-Quércia fornecer as informações solicitadas pela nossa Bancada. É essa a nossa posição.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu fiz um requerimento a Vossa Ex.^a para

saber se não é possível o serviço da Casa e o apoio ao Plenário fornecer regularmente um bastão para a limpeza dos ouvidos do nobre Líder do Governo, que parece que nós estamos falando de uma coisa e ele está entendendo outra.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é melhor um cotonete, Senhor Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Era melhor arrumar uma luva de boxe, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Para comunicar à Mesa e ao Plenário e dar boas vindas aos alunos do Colégio Bom Jesus de Curitiba que aqui se encontram nesta tarde, acompanhando esta Sessão, fazendo um trabalho de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente anotado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos desta Casa no dia 06 de agosto do corrente ano, em virtude de viagem para atender problemas de saúde na família.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de resolução em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoioamento dos Senhores Deputados Carlos Simões, Nelson Garcia e Erondy Silvério, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de (02) dois, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o cumprimento do disposto no Artigo 135, Parágrafo 2°, do Regimento Interno. Indeferido.

A Mesa informa a V.Exa. e ao Plenário que tem agora um livro onde consta as matérias enviadas ao Poder Executivo solicitando informações. Acontece porém, que V.Exa. não encaminhou seu pedido com o Pedido de Informações. Foi encaminhado normalmente e nós vamos ler o requerimento de V.Exa.:

"O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, requer, após ouvido o Plenário, seja solicitado do Chefe do Poder Executivo e do Senhor Secretário do Estado e da Comunicação Social envio de cópia autêntica dos contratos".

Não é na forma de informação então a Mesa não encaminhou, o 1° Secretário encaminhou na forma de solicitação de cópia. O Requerimento de V.Exa. está indeferido.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, quero fazer meu protesto. O objetivo, o espírito do requerimento é muito claro, a mera questão semântica não altera em essência o objetivo do requerimento que é obter exatamente cópias e informações sobre os contratos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente semântica ou espírito eu não entendo, eu entendo o que está escrito aqui. Está indeferido o requerimento de V.Exa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 036/91, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/91, de autoria do Senhor Deputado RENATO ADUR, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal Pitanga/Mato Rico/Roncador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade.

Ofício:

OF/DTL/SAT nº 149/91

Curitiba, 06 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 111/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a estadualização da estrada intermunicipal Pitanga/Mato Rico/Roncador, com extensão de 75 quilômetros.

O veto apostado ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento técnico expedido pela Secretaria de Estado dos Transportes, através do qual aquela Pasta esclarece que a ligação entre as sedes municipais de Roncador e Pitanga já é satisfatoriamente servida pela rodovia estadual PR-239 e que a ora pretendida estadualização configura duplicação de uma ligação já existente, fato que ensejará dificuldades para uma justificativa Técnica-econômica para tal ação.

Assevera, ainda, a Secretaria dos Transportes que o trecho em causa configura um segmento rodoviário que não apresenta as condições físicas (classificação técnica), compatível com as demais rodovias não pavimentadas componentes do sistema Rodoviário Estadual e, também, que a questionada estadualização, se efetivada, viria exigir do DER custos orçamentários

de grande monta, não só na execução de melhoramentos necessários na estrutura viária do mencionado trecho, como na sua conservação rotineira.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

VETO.

Razões em separado.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 111/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal Pitanga/Mato Rico/Roncador, com extensão de 75 quilômetros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.91.

(a) Comissão Executiva

JUSTIFICATIVA:

O município de Pitanga ocupa territorialmente uma das maiores áreas do Estado.

A sua economia, fortemente rural, torna o município contumaz das verbas públicas do Estado para prover o seu desenvolvimento.

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias, na expectativa de que o Estado possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade numa estrada que, a rigor, interliga três municípios, se considerarmos a recente emancipação política de Mato Rico, servindo uma região extremamente produtiva, que não possui outro meio de escoar as suas safras.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO APOSTO

PROJETO DE LEI Nº 111/91

P A R E C E R:

Examinando o veto apostado ao Projeto de Lei nº 111/91, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões ao veto apostado, verificamos que o mesmo ocorreu em concordância absoluta com o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos os institutos da Carta Mag-

na Estadual, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Além das prerrogativas acima, o veto decorreu de pronunciamento técnico expedido pela Secretaria de Estado dos Transportes, contrário a estadualização pretendida.

Estes foram os motivos que levaram sua Excelência a vetar o presente plano de Lei.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite o seu parecer FAVORÁVEL, a manutenção do Veto apostado ao Projeto de Lei n° 111/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
JOSÉ TAVARES
Relator

Em votação.

Ao ser chamado pelo Senhor Primeiro Secretário (que procederá a chamada nominal duas vezes), o Deputado deverá se dirigir à mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor Primeiro Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável (localizada à direita da mesa), em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "Sim" e "Não".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "Sim". Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "Não".

Após haver feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

O Senhor 1° Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 47 Senhores Deputados votaram.

Designo a Comissão constituída pelos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Hermas Brandão, Renato Adur, Toti Colaço e Deputada Emília Belinati, para comporem a Comissão escrutinadora.

Votaram 47 Senhores Deputados.

Treze votaram com a cédula "SIM". Trinta e três votaram com a cédula "NAO". Um voto em branco. REJEITADO O VETO E APROVADO O PROJETO.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 038/91, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 026/91, de autoria do Senhor Deputado CARLOS SI-MOES, que isenta da Taxa de Segurança, conforme especifica, os atos e documentos

Curitiba, segunda, em 05.08.91

relativos à Identidade Civil. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade.

OF/DTL/SAT N° 158/91

Curitiba, 12 de junho de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 067/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 026/91, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos ficam, por período de dois anos, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n°s 7.257, de 30 de novembro de 1979 e 7.812, de 29 de dezembro de 1983.

O não acolhimento ao plano de lei em exame decorre de parecer da Secretaria de Estado da Segurança Pública esclarecendo que a pretendida isenção, caso acolhida, viria impor ao Fundo de Reequipamento da Polícia Civil - FUNRESPOL, ao qual são carregados os recursos oriundos da Taxa de Segurança, uma quebra de arrecadação de cerca de Cr\$ 25.000.000,00 a Cr\$ 30.000.000,00 ao mês, fato que, sem qualquer sombra de dúvida, implicaria em dificuldades no atendimento de necessidades básicas do mecanismo policial do Estado.

Por outro lado, vale lembrar que o veto apostado não prejudicará as pessoas comprovadamente carentes, pois, conforme dispõe o art. 9°, inciso III, da Lei n° 7.297, de 30 de novembro de 1979, elas estão isentas do pagamento da Taxa de Segurança nos atos e documentos em que tenham interesse.

É importante destacar, ainda, que o projeto de lei ora vetado peca por inconstitucionalidade, eis que fere o princípio contido no art. 68, da Constituição Estadual, porque, reduzindo a receita prevista pela arrecadação da mencionada Taxa, implica necessariamente em aumento de despesas a outros títulos, para compensação dos custos dos atos que deixariam de ser pagos pelas pessoas atingidas pela pretendida isenção.

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

VETO.

Razões em separado.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 026/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos, ficam, no período de dois anos a contar desta lei, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis n° 7.257, de 30 de novembro de 1979 e 7.812 de 29 de dezembro de 1983.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.91.

(a) Comissão Executiva

JUSTIFICATIVA:

A situação econômica do País, a grande migração do campo para os grandes centros urbanos, fatores bem conhecidos de todos os brasileiros, fazem com que a disputa por uma vaga no mercado de trabalho aumente e torne a disputa acirrada. Para que essas pessoas, despreparadas para enfrentar qualquer movimento urbano maior os aflitos concorrentes ao emprego, enfrentam problemas com documentação. Principalmente referente a identidade civil.

Considerando o valor social deste tipo de isenção e facilidades de atendimento ao paranaense carente;

considerando que o estado não sofreria maiores perdas com este tipo de atendimento;

considerando, ainda, o alcance social, somos conclamadores aos nobres pares e ao Poder Executivo, de aprovação e sanção de nosso projeto, pensando unicamente no benefício que será estendido aos paranaenses merecedores da atenção do Poder Público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 38/91

P A R E C E R:

O presente parecer visa apreciar o veto aposto pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 26/91, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, que objetiva isentar da Taxa de Segurança os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 17 anos pelo período de dois anos.

Analisando a proposição, conclui-se que:

I. De acordo com o Art. 87, VII, o Excelentíssimo Sr. Governador usou de sua competência, vetando o projeto de lei dentro do prazo constitucional e por ser contrário ao interesse público, conforme estipula o art. 71, § 1°, da Carta Magna Pa-

ranaense, tendo em vista que redundaria numa quebra de arrecadação mensal, bastante expressiva, em favor do FUNRESPOL;

II. Em relação ao art. 68, a iniciativa não é inconstitucional, uma vez que o mesmo diz textualmente: "Não é admitido aumento de despesa prevista: 1. nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado..." tendo em vista que em seu Art. 66, a Constituição Estadual afirma: "Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: 1. criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; 2. servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; 3. organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; 4. criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.", uma vez que deixou de fazer parte da atual Constituição o item do texto constitucional anterior, que em seu art. 47 dispunha: "Compete privativamente ao Governador: I. iniciar o projeto legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira...";

III. Por outro lado, a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, mantém, no art. 61, § 1°, II, B, que "são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: disponham sobre: b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos...".

Diante do exposto, manifestamo-nos pela manutenção do veto, uma vez que atende aos dispositivos legais e constitucionais que regem a matéria.

É o parecer.

Salá das Comissões, em 28.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSE TAVARES - Relator

Em votação.

Os Deputados que aprovarem o veto, votarão sim. Os que não aprovarem votarão não. O Sr. 1° Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

Há requerimento do Deputado Paulo Maia, que por motivo de doença na família deseja votar primeiramente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 47 Srs. Deputados.

Designo uma Comissão formada pelos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Herman Brandão, Carlos Simões e Emília Belinati.

Votaram 47 Srs. Deputados.
Pela manutenção do veto, 21.
Pela rejeição do veto, 24.
Em branco, 02.
Está mantido o veto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 152/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS - PADEFI, com sede no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 152/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Valdir Rossoni, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais dos Deficientes Físicos e Mentais - PADEFI, com sede no município de Colombo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do plano de lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 201/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE GRANDES RIOS - AMORGRI, de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 60, de 28.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 201/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Edson Silva Lino, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Grandes Rios - AMORGRI", com sede em Grandes Rios.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposta em tela, notamos a sua perfeita consonância com os ditames da Lei Estadual n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita regras para a declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente proje-

to de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 204/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA FLÁVIO CARVALHO GUIMARAES, situada em Ponta Grossa, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 60, de 28.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 204/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Flávio Guimarães, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Verifica-se que a referida entidade atua de acordo com o estabelecido na Lei n.^o 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula as normas para declaração de Utilidade Pública.

A Associação, tendo sido registrada em 1989, sob a inscrição n.^o 990, no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa, possui personalidade jurídica há mais de um ano e encontra-se em efetivo exercício junto à comunidade de maneira a não buscar fins lucrativos, visando o bem-estar social, conforme reza o seu Estatuto.

Face ao exposto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação do projeto de lei aqui processado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 209/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a JUVENTUDE ECOLÓGICA DO PARANÁ - JEP's, de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.^o 209/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Cleiton Kielse, por intermédio do projeto de lei que leva o número 209/91, pretende ver declarada de Utilidade Pública a entidade denominada

Juventude Ecológica do Paraná - JEP's, de Curitiba.

Analisando a documentação que acompanha a proposição, constatamos que a mesma atende plenamente ao que determina a legislação que regula a matéria, ou seja, a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela referida Associação visa minorar os problemas criados, em todo o mundo, pela destruição da natureza.

Não havendo óbice legal, e convencidos da necessidade do engajamento de um número cada vez maior de pessoas dispostas a trabalhar numa área que objetiva salvar a humanidade dos efeitos maléficos dos atentados ao meio-ambiente, manifestamo-nos pela aprovação da presente iniciativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - APAS, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 210/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, sob os prismas legais, constitucionais e regimentais, de autoria esta do nobre Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Orientação Profissional de Diamante do Norte, verificamos sua adequação à Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Pelo que somos pelo parecer favorável à apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 11.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA UNIVERSALISTA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 211/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 211/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, ora sendo examinado por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública a Escola Universalis-

ta, com sede e foro nesta Capital.

Da análise proferida, constatamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto qualquer óbice, tanto de natureza legal, regimental ou constitucional que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das razões acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/91, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Amaporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 213/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, com sede e foro no Município de Amaporã.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 224/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública o PROJETO SHALOM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 66, de 10.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 224/91

P A R E C E R:

Em analisando o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Preis, visando seja declarado de Utilidade Pública o Projeto Shalon de Assistência Social e Educação, com sede em Maringá, PR, sob os prismas legais, constitucionais e regimentais, nada encontramos que possa vir a impedir sua regular tramitação, uma vez que cumpre todos os quesitos da legislação específica que regula a matéria. É o parecer favorável à apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1713, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1706, 1707, 1709, 1710 e 1730 a 1733, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1688 a 1700 e 1703, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1722, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1712 e 1741, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1714, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de n°s 1701, 1702 e 1721, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1704, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1705, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1708, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1711, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1720 e 1729, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Aprovados. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1723 a 1725, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1726, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1727, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1737 a 1739, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1764, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1742 a 1763, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Renato Adur, Cleiton Kielse, Emília Belinati e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1744 e 1774-A a 1777, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1642, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1626, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar ao Sr. Líder do Governo, anotações no que diz respeito a requerimentos de informações solicitadas pelos Srs. Deputados e que já venceram os prazos para a resposta, dos Deputados José Ritti, Mário Bezerra, Carlos Simões e Dr. Rosinha.

A Mesa concede o prazo de 48 horas para que estes requerimentos sejam informados. Se não o forem, encaminhará à Procuradoria da Assembléia, para o processo de responsabilidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 152, 201, 204, 209, 210, 211, 213 e 224/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1991.

Juizes do Paraná

Negi Calixto

Cem anos de construção.

Construção de um ideal, edificação da maravilhosa arte de julgar.

Neste Tribunal passaram figuras de beleza incomparável, admiráveis construtores da Justiça, que fizeram de suas vidas uma constante oficina do artesanato do Direito.

Um dos mais honrados do Brasil, foi edificado pelo respeito à nobreza da pessoa humana, pela sapiência de suas decisões - tribunal por inteiro.

O Tribunal e os juizes do Paraná sabem que a Justiça é tão necessária à vida dos homens como alimento que lhe sacia a fome, e que o Direito é o instrumento da paz. A lei a sua exteriorização formal. A Justiça o seu equilíbrio. O juiz moderador, o zelador.

Dáí o dizer de Alexis de Tocqueville que os juizes possuem, realmente, enorme poder, mas esse poder se funda na opinião pública, porque o juiz tem capacidade de julgar, de pacificar conflitos e participar ativamente na construção do arcabouço jurídico da Nação, pela aplicação do Direito.

O Tribunal do Paraná e seus juizes sabem que a comunidade é constituída não de números, mas de seres humanos, de criaturas com coração, com alma e com espírito, que não podem servir de instrumental para equações.

O Tribunal e seus juizes sempre tiveram presente a advertência de Jossierand de que os juristas devem viver sua época, se não quiserem que esta viva sem eles. Vive-

ram e vivem o pulsar dos jurisdicionados.

O Direito existe para ser aplicado. Não há crise de Direito, já disse o desembargador paulista Aloysio Alvarez Cruz, há crise de leis sábias. Há crise de legisladores aptos a traduzir os anseios do povo e saber enxergar a realidade brasileira.

O Tribunal e os juizes do Paraná sabem disso.

O homem deve viver no seu tempo, mas com o olhar nos seus mortos.

Os juizes do Paraná não morrem, ficam encantados, parodiando Guimarães Rosa, porque a contemplação do passado sustenta o vigor da honradez do seu Tribunal.

A morte não extingue, transforma; não aniquila; renova; não divorcia, aproxima, como quis Rui Barbosa, na síntese feliz.

O Tribunal centenário deve muito aos seus juizes, mortos e vivos. Homens que deram e dão exemplos vivos de trabalho, honestidade, profícuos e excelsos caráter de altivez e coragem.

Que se fixe nos portais da Justiça do Paraná, o que retratou o juiz Eliézer Rosa:

"É que na Bíblia descubro e aprendo o caminho luminoso da eternidade; com meus humanistas aprendo essa filosofia indulgente e risonha da vida, e com meu santo Clóvis aprendo a mais bela ciência humana, procurando imitar a grandeza humilde de sua vida e a incomparável poesia do seu caráter. É, assim, humildemente, tranquilamente, vivo bem no lar e no Foro, as duas casas em que moro e que exigem as mesmas virtudes domésticas no homem que as habita".

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná quer agradecer a todos os seus juizes, desde 1891, juizes que serviram e servem com denodo a arte de julgar, dentro da discricção que lhes impõe a exata linha do cumprimento sereno, enérgico e justo do dever.